

INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

SUBSEQUENTE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**TÉCNICO DE
NÍVEL MÉDIO EM
ADMINISTRAÇÃO
NA FORMA
SUBSEQUENTE**



Campus São Gabriel da Cachoeira

2019

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Ricardo Vélez Rodríguez
Ministro da Educação

Antônio Venâncio Castelo Branco
Reitor do IFAM

Lívia de Souza Camurça Lima
Pró-Reitora de Ensino

José Pinheiro de Queiroz Neto
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação

Sandra Magni Darwich
Pró-Reitora de Extensão

Josiane Faraco de Andrade Rocha
Pró-Reitora de Administração e Planejamento

Jaime Cavalcante Alves
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Elias Brasilino de Souza
Diretor Geral do *campus* São Gabriel da Cachoeira

Roberta Enir Faria Neves de Lima
Diretorado Departamento de Desenvolvimento
Educativo do *campus* São Gabriel da Cachoeira

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Servidores designados pela Portaria N° 287 –GAB/CGSC de 27 de agosto de 2018 para comporem a Comissão de Criação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Administração na Forma Subsequente.

PRESIDENTE	Diemerson de Souza Nascimento
MEMBROS	Leonam Matos Correa Lima Daiane Oliveira Medeiros Ana Flávia Monteiro Diógenes Luciano Luiz Manarin D'Agostini Maria José Lopes da Silva Andréa Alves Lustoza Maeda Batista dos Anjos Jeferson Aristiano Vargas João Renato de Sousa Moreira Raquel da Silva dos Santos Carlos Eduardo de Souza Edlene da Silva Trindade

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
2	JUSTIFICATIVA e HISTÓRICO	5
2.1	HISTÓRICO DO IFAM	Erro! Indicador não definido.
2.1.1	O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari	7
2.1.2	A Escola Agrotécnica Federal de Manaus	9
2.1.3	A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira.....	9
2.2	O IFAM NA FASE ATUAL	10
3	OBJETIVOS	11
3.1	OBJETIVO GERAL	11
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
4	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	12
4.1	PROCESSO SELETIVO	12
4.2	TRANSFERÊNCIA	13
5	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	14
5.1	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	14
5.2	ITINERÁRIO FORMATIVO	14
6	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	15
6.1	PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS.....	15
6.1.1	Cidadania	16
6.1.2	Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura).....	17
6.1.3	Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática	19
6.1.4	Respeito ao Contexto Regional ao Curso.....	20
6.2	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....	22

6.2.1	Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais	26
6.3	MATRIZ CURRICULAR	27
6.4	carga horária do curso	31
6.5	Representação gráfica do Perfil de formação	33
6.6	EMENTÁRIO DO CURSO.....	33
6.7	PRÁTICA PROFISSIONAL	38
6.7.1	Atividades complementares.....	39
6.7.2	Estágio Profissional Supervisionado.....	42
6.7.3	Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.....	45
7	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	54
7.1	Procedimentos para solicitação	56
8	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	57
8.1	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	60
8.2	NOTAS.....	61
8.3	AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA	62
8.4	PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE	63
8.5	REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	66
9	CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	67
10	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	68
10.1	BIBLIOTECA.....	Erro! Indicador não definido.
10.2	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	68
11	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	72
11.1	CORPO DOCENTE	72
11.2	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	Erro! Indicador não definido.
	REFERÊNCIAS.....	Erro! Indicador não definido.

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO:	Curso Técnico de Nível Médio em Administração
NÍVEL:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
EIXO TECNOLÓGICO:	Gestão e Negócios (Conforme Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNTC) 3ª Edição 2016)
FORMA DE OFERTA:	Subsequente
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Noturno
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral
CARGA HORÁRIA TOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:	1.000h conforme CNTC 3ª Edição 2016
CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO ou PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO:	250h, sendo este 25% de horas da carga horária total da formação profissional (núcleo técnico)
ATIVIDADES COMPLEMENTARES:	100h
CARGA HORÁRIA TOTAL:	1.350h
TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO:	2 anos
PERIODICIDADE DE OFERTA:	Anual
LOCAL DE FUNCIONAMENTO:	campus São Gabriel da Cachoeira situado na BR 317 Km 03, Bairro: Cachoeirinha, em São Gabriel da Cachoeira - AM.
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS:	40 vagas

2 JUSTIFICATIVA E HISTÓRICO

Nos dias atuais de crescente competitividade entre empresas, entre nações tem provocado a necessidade de rever paradigmas de gestão e formas de inserção neste ambiente turbulento e mutável.

A necessidade de introduzir e cultivar a noção de mudança e inovação deixou de ser apenas um modismo para se tornar uma questão de sobrevivência e sucesso.

Nesta perspectiva, uma ideia que encontra cada vez mais defensores é que o conceito e inovação tem que estar profundamente imbricado no conceito de aprendizagem. Assim, a questão da aprendizagem organizacional, um tema clássico na Teoria das Organizações, assume novos contornos e ganha proeminência nos debates entre estudantes e profissionais de empresa.

O Curso Técnico em Administração, articula trabalho, cultura, ciência, tecnologia e tempo, visando o acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos, produzidos historicamente. Assim, este curso possibilita uma nova forma de atendimento, onde o educando possa compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida.

Esse curso deve contemplar a elevação da escolaridade com a profissionalização para um contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e acesso a uma formação profissional de qualidade, levando em conta que cada educando tem uma experiência de vida acumulada de acordo com a sua realidade vivida. Dessa forma deve propor um currículo que assegure o acesso, a permanência e o sucesso.

O campus São Gabriel da Cachoeira (CAMPUS-SGC) preocupa-se em definir políticas de Educação Profissional em função das necessidades do mundo do trabalho, tendo a preocupação também em definir um elenco de atividades capazes de satisfazer as demandas locais e regionais. Entretanto, com a certeza que se processam profundas mudanças no mundo do trabalho como consequência da inovação tecnológica e da globalização da economia, sabem que não basta somente identificar necessidades do mundo do trabalho, mas também é preciso analisar as suas tendências para assegurar que os

programas de qualificação e formação profissional venham realmente ao encontro das constantes inovações no momento atual. E partindo de sua experiência enquanto Instituição de Ensino voltada para a formação de cidadãos críticos, criativos, com competências e habilidades que os conduzam ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, se coloca, procurando rever seus objetivos e metas face às demandas encontrada na região, tendo como base a formação integral no âmbito da reforma da Educação Profissional no País.

Essa forma de articular o “fazer educacional” requer uma aproximação à realidade cultural, social, econômica, ecológica e ambiental local como variável condicionadas pelas características as quais os modelos de implementação e transmissão de conteúdos curriculares devem funcionar em apoio ao desenvolvimento da região. Desse ponto de vista, a Organização Curricular é o principal instrumento capaz de obter respostas de formação no menor espaço de tempo possível a fim de atender às demandas do mercado.

HISTÓRICO DO IFAM E DO CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), o qual contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino.

Com a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Amazonas, por meio desse Decreto, as três instituições federais supracitadas passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Deste modo em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, por cinco *Campi*, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que passaram a ter a denominação de *Campus* Manaus Centro (antigo CEFET-AM), *Campus* Manaus Distrito Industrial (antiga Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), *Campus* Coari (antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), *Campus* Manaus Zona Leste (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e *Campus* São Gabriel da Cachoeira (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcorremos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari

Por meio do Decreto N. 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a **Escola de Aprendizes de Artífices**, no estado no Amazonas, pelo Presidente Nilo Peçanha. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de outubro de 1910, na rua Urucará, em um chácara de propriedade da família Afonso de Carvalho. Seu primeiro diretor foi Saturnino Santa Cruz de Oliveira.

Posteriormente, a Escola passou a funcionar, precariamente, no edifício da Penitenciária do Estado. Em seguida, em um prédio de madeira, onde se ergue hoje o mercado da Cachoeirinha, ao fim da ponte Benjamin Constant, na rua Humaitá.

A partir de 1937, a Escola passou a ser denominada **Liceu Industrial de Manaus**, devido à força das modificações introduzidas no então Ministério da Educação e Saúde, em decorrência das diretrizes determinadas no art. 129 da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

Em 10 de novembro de 1941, o Liceu Industrial de Manaus vivenciou no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas

com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Situado na Avenida Sete de Setembro, foi construída uma estrutura física proposta pelo Governo federal, em conformidade com a reforma educacional do Estado Novo, então imperante, o qual enfatizava, a essa altura, o progresso industrial.

É nesse contexto nacional que, por meio do Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial passou a ser chamado de **Escola Técnica de Manaus**. Alguns anos depois, por meio da Portaria N. 239, de 03 de setembro de 1965, passou a ser denominada **Escola Técnica Federal do Amazonas**.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Por meio da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 06 de fevereiro de 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus, a qual entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), hoje *Campus Manaus Distrito Industrial*.

Nas últimas décadas do século XX, a Escola Técnica Federal do Amazonas era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas. Entretanto, por força de Decreto de 26 de março de 2001, ocorreu sua transformação institucional para **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas** (CEFET-AM), passando a ofertar, a partir dessa data, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari, hoje *campus Coari*, foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo CEFET-AM e a Prefeitura de Coari. No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da UNED de Coari foi autorizado mediante a Portaria de Nº 1.970, do Ministério da Educação, iniciando então as obras para a construção da unidade, que funcionou inicialmente em instalações cedidas pela Prefeitura.

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus

O IFAM Campus Manaus Zona Leste teve sua origem pelo Decreto Lei Nº. 2.225 de 05/1940, como **Aprendizado Agrícola Rio Branco**, com sede no Estado do Acre. Sua transferência para o Amazonas deveu-se ao Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, por meio do qual foi elevado à categoria de escola, passando a denominar-se **Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas**. Posteriormente, passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas.

Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de **Colégio Agrícola do Amazonas**, pelo Decreto Nº. 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-se no atual endereço. Em 1979, através do Decreto Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de **Escola Agrotécnica Federal de Manaus**.

Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus Manaus Zona Leste**.

A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira

O Campus São Gabriel da Cachoeira tem sua origem em um processo de idealização que se inicia em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, com o *Projeto Calha Norte*, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Esse projeto fez parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Denominada Escola Agrotécnica Marly Sarney, sua construção foi iniciada em 1988, por meio do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41.

No período compreendido entre 1988 a 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Nesse período foram realizadas duas visitas técnicas a fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, então sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária a sua finalidade.

Em 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a **Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira**, tendo sua primeira Diretoria *Pro-Tempore*, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

Em 2008, por meio da Lei Nº 11.892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus São Gabriel da Cachoeira**.

O IFAM NA FASE ATUAL

Em um processo que está em constante alteração, no início de 2018, o IFAM já conta com catorze *campi* e um *campus* avançado, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas.

Em Manaus encontram-se os três *Campi* existentes desde sua criação e, os demais estão nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé. Além desses *campi*, o IFAM possui um Centro de Referência localizado no município de Iranduba.

O IFAM proporciona Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo à sociedade amazonense e brasileira.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais capacitados, desenvolvendo habilidades éticas, humanísticas, conceituais e técnicas para a atuação na gestão de organizações, na coordenação dos programas de capacitação, de aperfeiçoamento e de seleção de pessoal.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Adotar um enfoque interdisciplinar, buscando dialogar e integrar conceitos nascidos em diferentes áreas do conhecimento;
- b) Proporcionar desenvolvimento pessoal e profissional, através do conhecimento científico, tecnológico e cultural, considerando os aspectos humano, econômico e social;
- c) Oportunizar participação social integrando o conhecimento técnico com competência prática e científica no processo produtivo da comunidade na qual está inserido com a finalidade de produzir as condições necessárias à existência humana;
- d) Permitir ao futuro profissional uma visão da evolução da tecnologia, das transformações oriundas do processo de inovação e das diferentes estratégias

empregadas para conciliar os imperativos econômicos às condições da sociedade;

e) Propiciar a profissionalização por meio da compreensão das relações contraditórias presentes na vida social e produtiva;

f) Valorizar os saberes tácitos na construção dos conhecimentos científicos, promovendo a ruptura com a visão hierárquica e dogmática do conhecimento.

4 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao Curso Técnico em Administração dar-se-á mediante processo seletivo divulgado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas *campus* São Gabriel da Cachoeira.

Os candidatos deverão estar cursando o último ano do Ensino Médio ou tê-lo concluído.

Os candidatos classificados serão chamados para realizar a matrícula até o limite de vagas existentes para a composição da turma.

O ingresso dar-se-á no primeiro semestre, seguindo-se sequencialmente os semestres subsequentes. Serão aceitas transferências condicionadas à existência de vaga e a avaliação do histórico escolar relativo ao período cursado no nível subsequente, bem como dos conhecimentos e experiências anteriores para enquadramento no curso Técnico em Administração.

4.1 PROCESSO SELETIVO

O ingresso nos cursos oferecidos pelo IFAM – *campus* São Gabriel da Cachoeira ocorrerá por meio de:

I – Processos seletivos públicos classificatórios, com critérios e formas estabelecidas em edital, realizados pela Comissão de Processo Seletivo Acadêmico Institucional – CPSAI, em consonância com as demandas e recomendações apresentadas pela Pró-Reitoria de Ensino;

II – Processos seletivos públicos classificatórios, aderidos pelo IFAM, com critérios e formas estabelecidas pelo Ministério da Educação;

III – apresentação de transferência expedida por outro *campus* do IFAM ou instituição pública de ensino correlata, no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*).

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda e dos arranjos produtivos locais e oferta de posto de trabalho.

Os critérios para admissão no curso serão estabelecidos via processo seletivo público, vestibular classificatório, realizado pelo Instituto Federal de EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, por meio da Comissão Geral de Gestão de Cursos e Exames – CGGCE, aos candidatos concluintes da última série do Ensino Médio. Sendo classificado, o candidato deverá apresentar no ato da matrícula documentação comprobatória de conclusão do curso, certificado do Ensino Médio ou equivalente.

Cada processo de admissão no curso apresentará edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *campus* com referência ao polo territorial, número de vagas, forma curricular integrada, período e local de inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames, critérios de classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso.

4.2 TRANSFERÊNCIA

O acesso ao curso poderá, ainda, ser feito por meio de transferência, desde que seja para o mesmo período. A transferência poderá ser expedida por outro *campus* do IFAM (Intercampi) ou instituição pública de ensino correlata (Interinstitucional), no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*), conforme preconiza a Resolução Nº 94- CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015.

Ainda em conformidade com a Resolução 94, a matrícula por transferência Intercampi ou Interinstitucional será aceita mediante requerimento de solicitação de vaga, estando condicionada a:

- a) Existência de vaga;

- b) Correlação de estudos com as disciplinas cursadas na Instituição de origem;
- c) Existência de cursos afins;
- d) Adaptações curriculares; e
- e) Após a conclusão do primeiro ano, módulo/período ou semestre letivo.

5 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Executa operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controle de estoques. Aplica conceitos e modelos de gestão em funções administrativas. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e de materiais, conforme CNCT/3ª Edição 2016.

5.1 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

O profissional desta área poderá atuar em Instituições Públicas, Privadas e do terceiro setor, executando as funções de apoio administrativo: protocolo e arquivo, confecção e expedição de documentos administrativos e controles de estoques, financeiros e de produção. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material. Utiliza ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais.

O Técnico em Administração poderá prestar apoio a qualquer instituição como gestor (gerente) ou auxiliar, nas áreas de: Recursos humanos, Financeira, Marketing, Produção, Contábil, Estoques, Almoxarifado e Patrimônio, Compras, Custos, Planejamento e projetos;

5.2 ITINERÁRIO FORMATIVO

Possibilidades de formação continuada em cursos de especialização técnica no itinerário formativo: Especialização técnica em recursos humanos. Especialização técnica em administração de materiais. Especialização técnica em administração de produção. Especialização técnica

em marketing. Especialização técnica em logística, conforme CNCT/3ª Edição 2016.

Possibilidades de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo:

Curso superior de tecnologia em processos gerenciais. Curso superior de tecnologia em recursos humanos. Curso superior de tecnologia em marketing. Curso superior de tecnologia em logística. Curso superior de tecnologia em gestão financeira. Bacharelado em administração, conforme CNCT/3ª Edição 2016.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Organização Curricular do Curso Técnico em Administração obedecerá às diretrizes da reforma da Educação Profissional no País, constando basicamente de uma sequência lógica de competências a serem construídas através de um conjunto de habilidades gerais e específicas aproveitadas, desenvolvidas e/ou formadas. Neste sentido, o Curso Técnico em Administração abrange as determinações legais presentes nos pareceres CNE/CEB nº. 16/99 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico e CNE/CEB nº.40/04 que trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96; no Decreto Federal nº. 5.154/04 que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, e na resolução CNE/CEB nº 04/99 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico; na portaria nº. 4.059, de 10 de dezembro de 2004, Decreto nº 5.840/06 e a Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 3/08 que dispõe a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

6.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) compreende a Educação Profissional e Tecnológica em eixos tecnológicos que se articulam com os diferentes níveis e modalidades de

educação, perpassando as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, no intuito de possibilitar ao educando a construção de diferentes itinerários formativos.

6.1.1 Cidadania

A organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, onde se incluem a oferta nas formas Integrada, Subsequente e Concomitante, bem como as modalidades de Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação a Distância, nos documentos legais que a fundamentam pressupõem a viabilidade de uma educação promotora da cidadania, por meio da concepção do homem como ser integral tanto do ponto de vista existencial, quanto histórico-social. Por essa razão, entende-se que a viabilização desses ideais passa inevitavelmente por atuações pedagógicas marcadas pela unidade da teoria e prática, pela interdisciplinaridade/transdisciplinaridade e pelo respeito ao contexto regional de implantação do curso.

As noções de cidadania estão expressas, por exemplo, na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) que prevê de modo geral que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento, e para tanto, regulamenta sobre a necessidade de se aprimorar as questões que se relacionam a formação humana e cidadã do educando, estas tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as quais se coadunam com as acepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial ao Ensino Tecnológico no qual o saber, o fazer e o ser se integram, e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão e se constituem em uma forma de ensinar construída por humanos, para humanos, mediada por tecnologia, visando à construção de conhecimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCNEPTNM (Resolução CNB/CEB Nº 6/2012), no seu artigo quinto observa que a finalidade da Educação Profissional é proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências

profissionais demandados pelo exercício profissional e cidadão na perspectiva científica, tecnológica, sócio-histórica e cultural.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, incluem-se a esse respeito a forma integrada e a modalidade EJA, também menciona sobre a necessidade de formar por meio da Educação Profissional cidadãos capazes de discernir a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho e atuar com ética, competência técnica e política para a transformação social visando o bem coletivo.

6.1.2 Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)

A formação integral do ser também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional nos documentos legais, entre eles as DCNEPTNM, que defendem que essa integralidade se estende aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como um princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, favorecendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular.

Nesse sentido, intenciona-se superar a histórica dualidade entre formação profissional e formação geral - situação que fica ainda mais latente nos cursos de educação profissional, na forma integrada ao ensino médio e EJA - para isso, a literatura aponta a organização do ensino em torno dos princípios de omnilateralidade e politecnia, que consideram o sujeito na sua integralidade e pretende desenvolver uma concepção unitária na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber.

A formação do sujeito omnilateral pressupõe que o ensino seja desenvolvido a partir das categorias trabalho, tecnologia, ciência e cultura, pois essas dimensões representam a existência humana social na sua integralidade. O trabalho não reduzido ao sentido econômico, mantenedor da subsistência e do consumo, mas concebido em seu sentido ontológico, de

mediação da relação homem-natureza na conquista da realização humana. A tecnologia, em paralelo, representa o esforço de satisfação das necessidades humanas subjetivas, materiais e sociais através da interferência na natureza. A ciência é indissociável da tecnologia na medida em que teoriza e tematiza a realidade, através de conceitos e métodos legitimados e objetivos. A cultura de maneira geral compreende as representações, comportamentos, valores, que constituem a identidade de um grupo social. (TAVARES et. al. 2016; PACHECO, 2012).

Outro conceito defendido no campo da educação profissional no sentido da educação integral é o de politecnia, que segundo Durães (2009), se identifica plenamente com o conceito de educação tecnológica no seu sentido pleno, como uma formação ampla e integral dos sujeitos, abrangendo os conhecimentos técnicos e de base científica, numa perspectiva social e histórico crítica. Assim a politecnia, como nos diz Ciavatta (2010, p. 94), “exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida [...] de formação humana no seu sentido pleno”.

É nesse sentido, que a educação profissional pode ser desenvolvida com uma educação unitária de formação integral dos sujeitos. Sobre estes pressupostos também se defende que a educação profissional tenha o trabalho como princípio educativo (integrador das dimensões trabalho, tecnologia, ciência e cultura) e a pesquisa como princípio pedagógico. Para tanto, lança-se mão das constituições teóricas de Demo (2005) ao evidenciar como a pesquisa pode se constituir em uma forma de encarar a vida criticamente, cultivando uma consciência crítica e questionadora frente à realidade apresentada. A pesquisa tida dessa forma assume destaque, pois segundo Pacheco (2012), promove a autonomia no estudo e na solução de questões teóricas e cotidianas, considerando os estudantes como sujeitos de sua história e a tecnologia como beneficiadora também, da qualidade de vida das populações, e não apenas como elaboração de produtos de consumo.

Todos estes pressupostos corroboram com o que o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, quando ressalta a necessidade da educação profissional assumir uma identidade de formação integral dos estudantes, visando a superação da

dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação instrumental para as classes trabalhadoras e formação acadêmica para as elites econômicas.

6.1.3 Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática

A LDB pressupõe, neste ímpeto, a importância do educando compreender as fundamentações científico-tecnológicas dos processos produtivos, oportunizando uma experiência de aprendizado onde teoria e prática sejam trabalhadas indissociavelmente para o ensino de cada disciplina, o que também se configura com representatividade nos Institutos Federais, seja nas disciplinas do núcleo básico, politécnico ou tecnológico, uma vez que a estrutura física de tais instituições de ensino se consolidam em ambientes que viabilizam que aulas teóricas sejam realizadas em consonância à prática, o que contribui de maneira salutar com o entendimento de que “[...] a construção do conhecimento ocorre justamente com a interlocução entre teoria e prática, e concordando com Pereira (1999, p. 113) de que a prática é também “[...] espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados (ANDRADE, 2016, p. 29)”.

Sob este prisma, retoma-se o estabelecido na LDB e reforçado nas DCNEPTNM acerca da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e associa a vivência da prática profissional como oportunidade de relacionar a teoria à prática pela abordagem das múltiplas dimensões tecnológicas do curso em formação aliada às ciências e às tecnologias correlatas. Assim, se torna oportuno recordar Demo (2005, p. 43) quando diz que “do mesmo modo que uma teoria precisa da prática, para poder existir e viger, assim toda prática precisa voltar à teoria, para poder renascer”. Portanto, em acordo com o que já aponta a Portaria no.18 PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017 e com o objetivo de fomentar de maneira concreta aulas que se revestem de teoria e prática conjuntamente, para este curso será determinado um quantitativo mínimo de 20% da carga horária de cada disciplina para a realização de aulas práticas. Contudo, apesar desta divisão de carga horária entre teoria e prática não há que se pensar em supervalorização de uma em detrimento da outra, ou seja, esta discriminação não deixa recair sobre nenhuma das duas um grau maior ou menor de importância, haja vista a

contínua e necessária integração destas para construção do conhecimento que se perpetua em sala de aula.

Além do princípio de indissociabilidade do par teoria-prática busca-se neste curso técnico viabilizar, conforme estabelece as DCNEPTNM arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois compreende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser paulatinamente superada, bem como a segmentação da organização curricular, com vistas a atender a compreensão de significados e, novamente a integração entre a teoria e prática. Devendo ser realizada de maneira dinâmica na organização curricular do curso e articular os componentes curriculares com metodologias integradoras e seleção dos conteúdos pertinentes à formação profissional, sem esquecer o exposto quanto ao respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

6.1.4 Respeito ao Contexto Regional ao Curso

Neste percurso educativo desenvolvido no espaço de sala de aula e da escola, que contempla a interlocução entre teoria e prática nas diversas áreas do conhecimento, entende-se que todos os núcleos envolvidos neste processo deverão realizar uma articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental considerando os arranjos socioprodutivos e as demandas locais, tanto no meio urbano quanto rural, considerando-se a realidade e vivência da população pertencente a esta comunidade, município e região, sobretudo sob o ímpeto de proporcionar transformações sociais, econômicas e culturais a localidade e reconhecendo as diversidades entre os sujeitos em gênero, raça, cor, garantido o respeito e a igualdade de oportunidades entre todos.

Diante de tantos desafios que aqui se estabelecem, porém, considerando a regulamentação de criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/08, a qual objetiva além de expandir a oferta de ensino técnico e tecnológico no país, a oferta de educação de qualidade a todos os brasileiros, assegurar que este curso técnico perseguirá o atendimento das demandas locais fazendo jus ao determinado nas DCNEPTNM sobre a delegação de autonomia para a instituição de ensino para concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como

instrumento de trabalho da comunidade escolar e respeitadas as legislação e normas educacionais vigentes, permite que os professores, gestores e demais envolvidos na elaboração deste estejam atentos às modificações que impactem o prosseguimento das atividades educativas em consonância aos aspectos tidos como fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade ou que possam contrariar o que a LDB preconiza para a formação do educando, e em especial ao tripé ensino, pesquisa e extensão que a Rede Federal de Ensino assumiu como perspectivas de formação do estudante.

As DCNEPTNM apontam ainda que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio devem considerar no seu planejamento a vocação regional do local onde o curso será desenvolvido, bem como as tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes ao curso. Sustenta-se ainda o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, visando a melhoria dos indicadores educacionais dos cursos técnicos realizados, além de ressaltar a necessidade de considerar a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino de viabilizar a proposta pedagógica no atendimento às demandas socioeconômico-ambientais.

Sobre isso o Documento Base para Educação Profissional Técnica de Nível Médio reforça que os cursos propostos devem atentar para não reduzir sua atuação pedagógica ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, sem ignorar que os sujeitos que procuram a formação profissional enfrentam as exigências da produção econômica e, conseqüentemente, os meios de vida. Assim, os cursos devem estar adequados às oportunidades de inserção profissional dos educandos.

Desta forma, e ainda seguindo as orientações das DCNEPTNM o currículo deste curso técnico sinaliza para uma formação que pressupõem o diálogo com os diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e dos elementos que possibilitem a compreensão e o diálogo das relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas, viabilizando recursos para que o futuro profissional possa exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientado por

princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromisso com a construção de uma sociedade democrática.

Visa, neste sentido, oportunizar o domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, permitindo progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual, com o incremento instrumental de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho, estas embasadas nas fundamentações de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

6.2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A concepção metodológica trabalhada neste Projeto Pedagógico de Curso está consubstanciada na perspectiva de uma educação dialética onde o foco do currículo é a prática social, ou seja, a compreensão da realidade onde o discente está inserido e tem as condições necessárias para nela, intervir através das experiências realizadas na escola.

O conhecimento deve contribuir para a conquista dos direitos da cidadania, para a continuidade dos estudos e para a preparação para o trabalho. Cabe ao docente auxiliar o educando a entender esse processo e se posicionar diante da realidade vislumbrada, relacionando com os conteúdos propostos. A esse respeito VASCONCELOS (1992, p.02) enfatiza que:

O conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo, quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial.

Nesta perspectiva a metodologia dialética compreende o homem como ser ativo e de relações. Os métodos de ensino partem de uma relação direta com a experiência do discente, confrontada com o saber trazido de fora. Portanto, os sujeitos envolvidos no processo devem ter a percepção do que é

inerente à escola, aproveitando a bagagem cultural dos discentes nos mais diversos aspectos que os envolvem. Conforme FREIRE (2002, p. 15).

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária. (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações (...)

É fundamental na elaboração do PPC dos cursos subsequentes observarem o perfil dos discentes, suas características, e, sobretudo suas especificidades visto que são alunos trabalhadores, pais de família, exercem atividades autônomas e realizam outros cursos fora da educação profissional. Enfim possuem experiências e conhecimentos relacionados com os fundamentos do trabalho.

Em relação a organização curricular dos cursos técnicos por núcleos (básico, tecnológico e politécnico) em todas as suas modalidades e formas (Resolução CNE nº06/2012), já apresentados nos princípios pedagógicos deste PPC, não serão constituídos como blocos distintos, mas articulados entre si, permeando por todo o currículo, considerando as dimensões integradoras: trabalho, ciência e tecnologia, em consonância com o eixo tecnológico e o perfil profissional do egresso.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos deverão prever atividades, preferencialmente, de modo transversal, sobre metodologia e orientação para elaboração de projetos, relatórios, produção e interpretação textual, elaboração de currículo profissional, relações pessoais no ambiente de trabalho.

Outras formas de integração poderão ocorrer por meio de: atividades complementares, visitas técnicas, estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso, projetos de pesquisa, Projetos de Extensão, Práticas de Laboratório, dentre outras que facilitam essa aproximação entre essas dimensões integradoras do currículo.

Abre-se aqui um parêntese para enfatizar o método de estudo de caso, visto que é um instrumento pedagógico consolidado na educação profissional

técnica e tecnológica no IFAM. Conforme Robert Yin (2001, p. 32) o estudo de caso é:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Enfim, trata-se de uma metodologia que promove o engajamento dos alunos e docentes em objetivos comuns, articulando teoria e prática e possibilitando a prática pedagógica interdisciplinar como requisito básico ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

O aluno enquanto coparticipante do processo desenvolverá suas habilidades voltadas para o perfil do curso, estando apto a assumir responsabilidades, planejar, interagir no contexto social em que vive e propor soluções viáveis à problemática trabalhada. Assim ambos trabalharão com o planejamento, elaboração de hipóteses e solução para os problemas constatados.

Desta forma a prática pedagógica interdisciplinar é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão e interlocução entre vários aspectos do ato de aprender visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. Possibilita ao aluno observar o mesmo conteúdo sob enfoques de diferentes olhares das disciplinas envolvidas. De acordo com, Luck (1994, p. 64):

A interdisciplinaridade é o processo de integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que exerçam a cidadania, mediante uma visão global de mundo e com capacidade para enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade.

Portanto, o método de problematização resultará na aproximação dos alunos, por meio das atividades práticas e do pensamento reflexivo da realidade social em que vivem por meio de temas/problemas advindo do cotidiano ou de relevância social.

Há que se levar em consideração também diferentes técnicas de pesquisa, desde análise documental, entrevistas, questionários, etc.. Em sala de aula podem ser utilizados para criar situações reais ou simuladas, em que os estudantes aplicam teorias, instrumentos de análises e solução de problemas, seja para resolver uma dificuldade ou chegar a uma decisão conjunta com fins de aprendizagem.

Para que os alunos possam dominar minimamente o conjunto de conceitos, técnicas e tecnologias envolvidas na área é preciso estabelecer uma forte relação entre teoria e prática, incentivar a participação dos alunos em eventos (oficinas, seminários, congressos, feiras, etc), criar projetos interdisciplinares, realizar visitas técnicas, entre outros instrumentos que ajudem no processo de apreensão do conhecimento discutido em sala de aula.

A partir dessa visão, o processo de formação do técnico de nível médio do IFAMensejará uma estrutura a partir dos seguintes eixos teórico-metodológicos:

- Integração entre teoria e prática desde o início do curso;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão como elementos indissociados e fundamentais à sua formação;
- Articulação horizontal e vertical do currículo para integração e aprofundamento dos componentes curriculares necessários à formação do técnico de nível médio.
- Articulação com o mundo do trabalho nas ações pedagógicas;

Portanto, para o alcance desse propósito, faz-se necessário a promoção de reuniões mensais ou, no limite, bimestrais, entre os docentes com a perspectiva de realização de planejamento interdisciplinar e participativo entre os componentes curriculares e disciplinas constantes nos PPCs, com a participação dos representantes discentes na elaboração de eixos temáticos do contexto social em que o campus se situa.

Conforme disposto no parágrafo único do Art. 26 da Resolução N° 06, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o Projeto Pedagógico de Curso Técnico de Nível Médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

6.2.1 Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais

Até 20% da carga horária mínima do curso, o que não inclui estágio, as atividades relativas às práticas profissionais ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da modalidade de educação a distância, sempre que o Campus não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária em EAD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como a utilização do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) que poderá ser ministrada na disciplina de Introdução ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem quando sinalizado no Projeto Pedagógico de Curso que haverá alguma disciplina ministrada em EaD. Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVEA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, *chats*, envio de tarefa, glossário, quiz, atividade off-line, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como estas a seguir descritas:

- **Fórum:** tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- **Chat:** ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções online, em períodos previamente agendados.
- **Quiz:** exercício com questões que apresentam respostas de

múltipla escolha.

- **Tarefas de aplicação:** Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- **Atividade off-line:** avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EAD.
- **Teleaulas:** aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Campus ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos Professores.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EaD, em especial as que se fazem no AVEA e a equipe diretiva de ensino, é a responsável pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. A disciplina a ser ofertada por meio da modalidade EaD será desenvolvida impreterivelmente por meio de ferramentas de comunicação disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional, e por meio de material didático elaborado para os encontros presenciais.

Os planos de ensino e os planos de atividades em EaD devem ser apresentados à equipe diretiva e alunos no início de cada período letivo e sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e integração entre os envolvidos no processo educacional. Orientações complementares para tanto devem ser apresentadas pela equipe geral de ensino do *campus* São Gabriel da Cachoeira.

6.3 MATRIZ CURRICULAR

As matrizes curriculares dos cursos devem ser orientadas pela concepção do Eixo Tecnológico e de Eixos Articuladores/Integradores do currículo (o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura).

O quadro 1 apresenta a estrutura e as disciplinas que compõe o Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente, bem como suas respectivas cargas horárias:

- a) Presencial com carga horária separadas em **Teórica e Prática**.
- b) A distância com a utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (**AVA**).
- c) **Semanal** com o total de hora-aula na semana.
- d) **Semestral** o total da carga horária de toda a disciplina naquele semestre/módulo.
- e) **Total** de carga horária de toda a disciplina ao longo do curso.

O Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente tem sua organização curricular fundamentada nas orientações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Decreto nº 5.154/04, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político Pedagógico do IFAM.

Conforme o Artigo 4º, § 1º do Decreto nº 5.154/04, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, sendo a Forma Subsequente uma das possibilidades dessa articulação. Esta forma de oferta é destinada aos que já tenham concluído o Ensino Médio, e seu planejamento, deverá conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM estão organizados, também, por Eixos Tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT/3ª Edição, aprovado pela Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 5/12/2014, com base no Parecer CNE/CEB Nº. 08/2014 e Resolução CNE Nº. 06/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM.

Desta maneira, o Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente está amparado nas seguintes legislações em vigor:

- LDBEN N.º 9.394 de 20/12/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);

- DECRETO N.º 5.154 de 23/7/2004 (Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 39 de 8/12/2004 (Aplicação do decreto 5.154/2004);
- LEI Nº 11.741, de 16/7/2008 (Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica);
- LEI N.º11.788, de 25/9/2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.ºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);
- LEI N.º 11.892, de 29/12/2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 11/2012 de 9/5/2012 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 6 de 20/9/2012 (Definem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio);
- PARECER CNE/CEB N.º 8, de 9/10//2014 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 1, de 5/12/2014 (Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012);
- RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23/12/2015 (Altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que

trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM).

Com base nos dispositivos legais, a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM prever a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social. De igual forma, prima pela indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, a ser verificada, principalmente, por meio do desenvolvimento de prática profissional.

Na perspectiva da construção curricular por eixo tecnológico, a estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma subsequente, contempla o Núcleo Tecnológico, assim organizado:

I. Núcleo Tecnológico (espaço da organização curricular destinado aos componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica, constituindo-se basicamente a partir dos componentes curriculares específicos da formação técnica, identificados a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional).

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos que favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma Educação Profissional e Tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do

trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

Essa proposta possibilita a integração entre teoria e prática profissional, a realização de atividades interdisciplinares, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFAM, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

6.4 CARGA HORÁRIA DO CURSO

Para integralizar o Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente, conforme Parecer CNE/CEB n.º 05 de 04/05/2011, Resolução CNE/CEB n.º 02 de 30/01/2012 e Resolução CNE/CEB n.º 06/2012, o aluno deverá cursar o total da carga horária do curso, assim distribuídas:

Carga Horária da Formação Profissional	1.000 h
Carga Horária de Atividades Complementares	100 h
Carga Horária do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT	250 h
Carga Horária Total	1.350 h

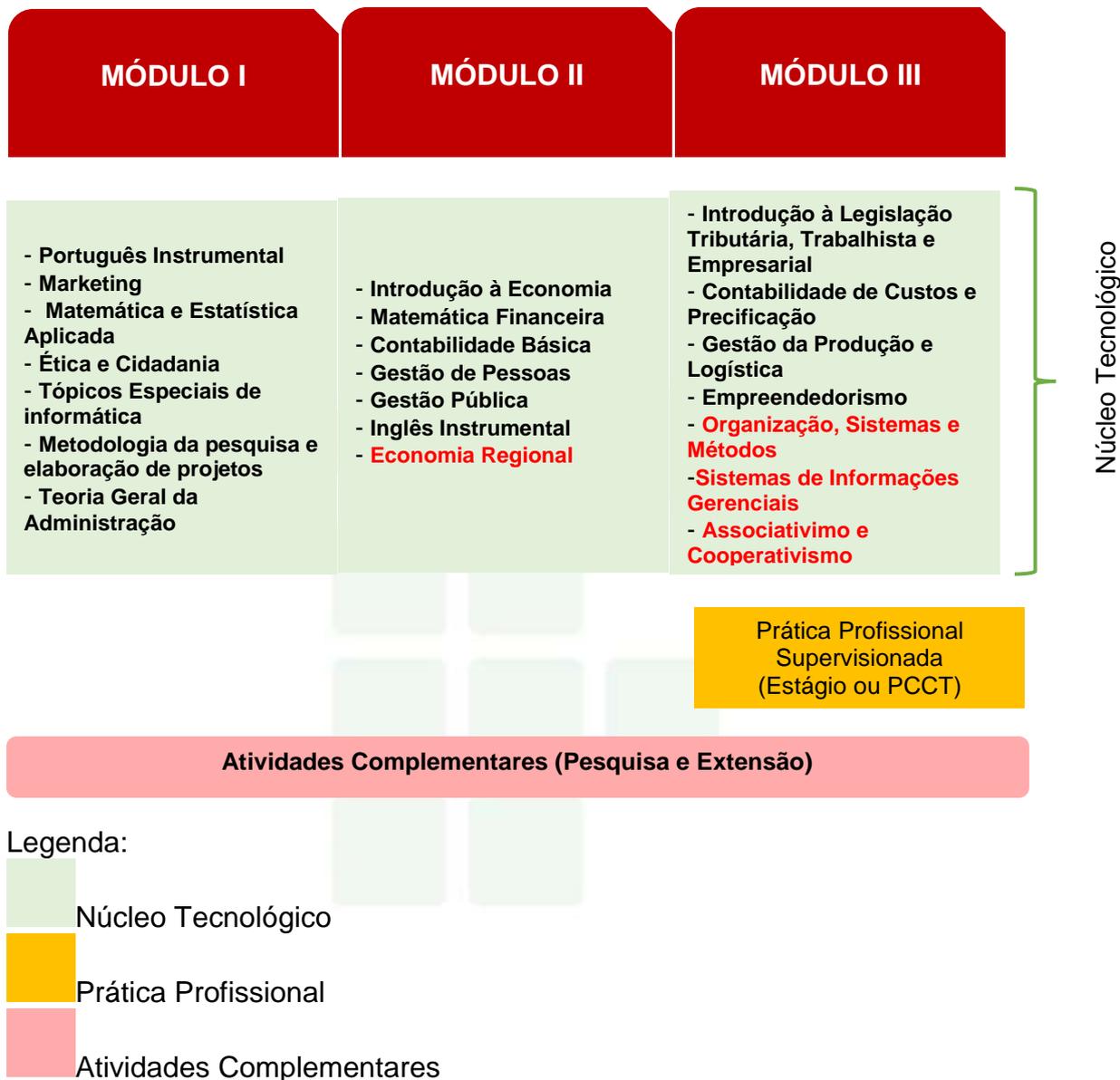
Quadro 1- Matriz Curricular

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM campus São Gabriel da Cachoeira							
EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO							
ANO DE IMPLANTAÇÃO:		FORMA DE OFERTA:		REGIME:			
2019		SUBSEQUENTE		SEMESTRAL			
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				
			Presencial		A Distância	Semanal	Semestral
			Teórica	Prática	AVA		
LDB 9.394/96 aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008 DCN Gerais para Educação Básica Resolução CNE/CEB nº4/2010 DCN Educação Profissional Técnica de Nível Médio Resolução CNE/CEB Nº 6/2012 Resolução Nº 94/2015 CONSUP/IFAM Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM Catálogo Nacional de Cursos Técnicos Resolução CNE/CEB Nº 4/2012 Lei do Estágio Nº 11.788/2008 Resolução Nº 96/2015 CONSUP/IFAM Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado do IFAM	MÓDULO I	Português Instrumental	30	10	-	2	40
		Marketing	45	15	-	3	60
		Matemática e Estatística Aplicada	45	15	-	3	60
		Ética e Cidadania	30	10	-	2	40
		Tópicos Especiais de informática	30	10	-	2	40
		Metodologia da pesquisa e elaboração de projetos	30	10	-	2	40
		Teoria Geral da Administração	45	15	-	3	60
		SUBTOTAL	265	75	-	17	340
		MÓDULO II	Introdução à Economia	45	15	-	3
	Matemática Financeira		30	10	-	2	40
	Contabilidade Básica		30	10	-	2	40
	Gestão de Pessoas		45	15	-	3	60
	Gestão Pública		30	10	-	2	40
	Inglês Instrumental		30	10	-	2	40
	Economia Regional		45	15	-	3	60
	SUBTOTAL	255	85	-	17	340	
	MÓDULO III	Introdução à Legislação Tributária, Trabalhista e Empresarial	45	15	-	3	60
		Contabilidade de Custos e Precificação	30	10	-	2	40
Gestão da Produção e Logística		45	15	-	3	60	
Empreendedorismo		30	10	-	2	40	
Organização, Sistemas e Métodos		30	10	-	2	40	
Sistemas de Informações Gerenciais		30	10	-	2	40	
Associativismo e Cooperativismo		30	10	-	2	40	
SUBTOTAL		240	80	-	16	320	
TOTAL CARGA HORÁRIA PROFISSIONAL						1.000h	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES						100h	
ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO/PCCT						250h	
TOTAL						1.350h	

SUBSEQUENTE

6.5 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Figura 1 – Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO



6.6 EMENTÁRIO DO CURSO

A ementa caracteriza-se por uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina.

Para um melhor entendimento do

Quadro 2, no qual apresenta as ementas das disciplinas do curso, segue as especificações das legendas:

- a) CH Semanal: Carga Horária Semanal
- b) CH Total: Carga Horária Total da Disciplina anual
- c) Tec: Núcleo Tecnológico

Quadro 2- Ementário

EMENTAS

Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Português Instrumental	1º	2	40	Tec
<p>As modalidades textuais; Problemas técnicos das variantes de linguagem; Polissemia: as várias possibilidades de leitura textual; níveis de leitura: a estrutura textual; Interpretação de textos; Coesão e coerência textual; Recursos gramaticais e disposição das palavras no texto; A originalidade; O estilo do discurso dissertativo de caráter científico: principais Características e expedientes argumentativos; A citação do discurso alheio; As técnicas de estudo e a reprodução do conhecimento; A leitura e a documentação dos estudos: o esquema, o fichamento, o resumo, a resenha crítica; Redação técnico-científica; Correspondências comerciais e oficiais; Relatório administrativo.</p>				
Marketing	1º	3	60	Tec
<p>Conceitos de Marketing. Concorrência e clientes. Composto mercadológico. Necessidades, desejos e demandas. Ofertas ao mercado. Canais de marketing. Tipos de marketing. Comportamento do consumidor. O processo de decisão de compra. Valor e satisfação para o cliente. Fidelidade e retenção. Pesquisa mercadológica. Segmentação, seleção de mercado-alvo e posicionamento. Estratégias de Marketing e Plano de Marketing.</p>				
Matemática e Estatística Aplicada	1º	3	60	Tec
<p>Introdução. Distribuição de freqüências. Medidas descritivas. Distribuição de probabilidade. Correlação e Regressão. Cálculo das Probabilidades. Variável aleatória. Modelos de distribuições discretas de probabilidade. Modelos de distribuições contínuas de probabilidade. Intervalo de confiança e Testes de hipóteses.</p>				

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Ética e Cidadania	1º	2	40	Tec
Desmistificando ética. Códigos de conduta profissional; O papel social da empresa; O conceito de Balanço Social; Cidadania, Papel do cidadão na sociedade moderna.				
Tópicos Especiais de Informática	1º	2	40	Tec
Introdução à Ciência dos Computadores; Memórias RAM e ROM; <i>Hardware</i> ; Periféricos (entrada e saída); <i>Software</i> (básico e aplicativos); Vírus e anti-vírus; Sistema operacional Windows; Word; Excel; Internet; Editor de planilha eletrônica; Utilização de power point para apresentações. Aplicabilidade das ferramentas de informática as necessidades da administração.				
Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Projetos	1º	2	40	Tec
Importância da elaboração de relatório e projetos; Elementos e etapas na elaboração de relatório e projetos; Cálculo do tempo e custos na elaboração de projetos; Normas da ABNT; Redação científica.				
Teoria Geral da Administração	1º	3	60	Tec
Contextualização histórica; O papel do administrador nas organizações; As escolas da Administração; Os novos rumos da Teoria Geral da Administração; A era da Informação; As soluções emergentes; A nova lógica das organizações.				

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Introdução à Economia	2º	3	60	Tec
Introdução ao Estudo da Economia; Evolução do Pensamento Econômico; Macro e Micro Economia; Oferta; Demanda; Elasticidade e Economia Brasileira.				
Matemática Financeira	2º	2	40	Tec
Introdução a Administração Financeira; As funções básicas do Administrador Financeiro; Valor do dinheiro no tempo; Administração de Risco e Retorno; Demonstração de fluxo de caixa; Demonstrações financeiras.				

Contabilidade Básica	2º	2	40	Tec
Introdução e Conceitos básicos; Patrimônio; Atos Administrativos e Fatos Contábeis; Contas; Escrituração; Princípios Contábeis; Demonstrações Contábeis (Financeiras).				
Gestão de Pessoas	2º	3	60	Tec
Os desafios e o papel da Gestão de Pessoas. Os processos de Gestão de Pessoas. Liderança. Planejamento estratégico da Gestão de Pessoas.				
Gestão Pública	2º	2	40	Tec
Fundamentos da Gestão Pública. Cenário da Gestão Pública Atual. Princípios da Administração Pública. Grandes Áreas e Funções da Administração Pública. Burocracia na Gestão Pública. Gestão Pública Inovadora.				
Inglês Instrumental	2º	2	40	Tec
Aquisição da habilidade de leitura e interpretação de textos técnico-científicos referentes à área da administração, na língua Inglesa.				
Economia Regional	2º	3	60	Tec
Estudo abrangente sobre as diversas teorias e técnicas relacionadas à localização de atividades, de pessoas e formação de cidades. Uma discussão sobre o conceito de espaço e região complementa a visão em nível mais abrangente. A nível mais restrito, a disciplina contemplará uma análise das potencialidades da região do médio Solimões do Estado do Amazonas e sua inserção nos mercados interno e externo através de estudos de caso.				

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Introdução à Legislação Tributária, Trabalhista e Empresarial	3º	3	60	Tec
Introdução de Direito Tributário. Código Tributário Nacional. Espécies de Tributo. Competências Tributárias. Noções de Direito do Trabalho. Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Noções de Direito Empresarial. Sociedades empresariais. Falência. Direito do Consumidor.				
Contabilidade de Custos e Precificação	3º	2	40	Tec
Introdução a contabilidade de custos, classificação e nomenclatura de custos. estrutura de custos. custos por processo e por ordem de produção. custos diretos e indiretos. produtos acabados e semi-acabados. formação do preço de				

venda.				
Gestão da Produção e Logística	3º	3	60	Tec
<p>Gestão da Produção: pressupostos, objetivos e trajetória histórica. Administração estratégica da produção. Sistemas de Produção. Processo produtivo e arranjo físico. Planejamento e controle da produção. Gargalos Produtivos e operações enxutas.</p> <p>Logística: pressupostos e trajetória histórica. Planejamento da logística. Cadeia de Suprimentos e valor ao cliente. Decisões sobre localização e integração. Estratégias de compras. Gestão dos estoques. Embalagem, armazenagem, movimentação e Modais de transporte.</p>				
Empreendedorismo	3º	2	40	Tec
<p>Perfil do empreendedor, habilidades e qualidades do empreendedor. Enfoque comportamental: modelos mentais, sucesso pessoal, avaliação de riscos. Missão da Organização, Visão, objetivos, metas, planos, informações, perseverança, qualidade e eficiência. conceitos e definições. A Importância do Empreendedorismo para uma sociedade. A identificação das oportunidades de negócios. Conceitos e definições sobre crises e oportunidades. Técnicas de identificação de oportunidades. Os recursos da Tecnologia da Informação na criação de novos negócios. Ferramentas e Planilhas na elaboração do Plano de Negócios. Empreendedorismo na era do Comércio Eletrônico. Elaboração do Plano de Negócio ou Estudo de Viabilidade Econômica. Conceitos e definições. A estrutura do Plano de Negócio ou Estudo de Viabilidade Econômica: Plano de Marketing; O Plano Financeiro; O Plano de Produção e Plano Jurídico.</p>				
Organização, Sistemas e Métodos	3º	2	40	Tec
<p>Introdução ao Estudo da Economia; Evolução do Pensamento Econômico; Macro e Micro Economia; Oferta; Demanda; Elasticidade e Economia Brasileira.</p>				
Sistemas de Informações Gerenciais	3º	2	40	Tec
<p>Protótipos de sistemas de informações. Sistema de Apoio a Decisão (SAD) e Sistemas de Controle Operacional e Gerencial (SCO/SCG). Desenvolvimento de SCO/SCG nas áreas de Finanças, Marketing e Recursos Humanos.</p>				
Associativimos e Cooperativismo	3º	2	40	Tec
<p>AdisciplinaintroduzoconceitodeAssociativismo, CooperativismoeCooperativa.Sãoabordadosahistória,aorigem,aidentidade, a doutrina cooperativista, simbologia internacional, direitos e deveres do cooperado,aorganização do sistema, as particularidades da empresa cooperativa e a sua tributação, o funcionamentoeo desenvolvimento da cooperativa, a legislação de cooperativas, o tratamento dado pela CLT,oregulamentodoimpostoderenda,osramosdocooperativismoecomoconstitui rumaempresacooperativa.</p>				

6.7 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional é compreendida como um elemento que compõe o currículo e se caracteriza como uma atividade de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão constituído por meio de ação articuladora de uma formação integral de sujeitos para atuar em uma sociedade em constantes mudanças e desafios.

Conforme a Resolução CNE/CEB N° 6 de 20 de setembro de 2012 em seu artigo 21, a prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de Especialização Profissional Técnica de Nível Médio.

Esta mesma resolução define no inciso 1º do artigo 21 que a prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

O IFAM em sua Resolução N°. 94/2015 define no artigo 168 que a Prática Profissional será desenvolvida nos cursos por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos: I – Estágio Profissional Supervisionado; II – Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT); III – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); IV – Atividades Complementares.

No Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente a Prática Profissional será desenvolvida por meio das seguintes atividades: Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) com carga horária de 250 horas, e Atividades Complementares com carga horária de 100 horas.

A participação em atividades complementares e a apresentação do relatório final do Estágio Profissional Supervisionado e /ou PCCT é requisito indispensável para a conclusão do curso. Nas seções adiante, serão descritos com detalhes cada uma dessas práticas.

6.7.1 Atividades complementares

Conforme Anexo I da Portaria No 18 PROEN/IFAM de 1º de fevereiro de 2017, faz se necessário prever a oferta de Atividades Complementares, totalizando uma carga horária de 100h, as quais deverão atender as necessidades de curricularização da extensão e de introdução à pesquisa e à inovação por meio da realização de projetos integradores, seminários, semanas e eventos temáticos, eixos temáticos, dentre outros.

O IFAM em sua Resolução N° 94 de 2015 define, no artigo 180, que as atividades complementares se constituem de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento de sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa, podendo ocorrer em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social.

Estas atividades integrarão o currículo do curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente com carga horária de 100 horas. Todo aluno matriculado no curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente deverá realizar Atividades Complementares, do contrário, o mesmo será retido no curso. A escolha do semestre em que a mesma será executada fica a critério do aluno, porém, vale destacar que se recomenda que a mesma seja realizada nos semestres iniciais, pois no último semestre o aluno deverá se dedicar a prática de Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas, descrição das atividades

desenvolvidas e o nome da instituição de ensino. A validação será realizada pela Coordenação do curso e equipe pedagógica.

Para validar as atividades complementares o estudante, no último semestre letivo, deverá protocolar ao Coordenador de Curso um Memorial Descritivo apontando todas as atividades desenvolvidas. Junto ao Memorial Descritivo devem ser anexadas cópias de todos os certificados e atestados apontados no documento.

Serão consideradas para fins de computo de carga horária as atividades apresentadas no quadro 3. As atividades descritas, bem como carga horária a ser validada por evento e os documentos aceitos devem ter como base a Resolução Nº23 – CONSUP/IFAM de 09 de agosto de 2013 que trata das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do IFAM, as alterações realizadas foram relativas as diferenças entre o Curso de Graduação e o Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente.

Quadro 3. Atividades Complementares

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CARGA HORÁRIA A SER VALIDADA POR EVENTOS	DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares e visitas técnicas	2 (duas) horas por palestra, mesa-redonda, colóquio ou outro. 10 (dez) horas por trabalho apresentado. 5 (cinco) horas por dia de participação em Congresso, Seminário, Workshop, Fórum, Encontro, Visita Técnica e demais eventos de natureza científica.	Declaração ou Certificado de participação.
Projetos de extensão desenvolvidos no IFAM ou em outras instituições	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão do IFAM ou entidade promotora com a respectiva carga

		horária.
Cursos livres e/ou de extensão	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Estágios extracurriculares	Máximo de 60 horas	Declaração da instituição em que se realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida pelo estagiário e da aprovação do orientador/supervisor
Monitoria	Máximo de 60 horas	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pela PROEX, com a respectiva carga horária.
Atividades filantrópicas no terceiro setor	Máximo de 60 horas	Declaração em papel timbrado, com a carga horária cumprida assinada e carimbada pelo responsável na instituição.
Atividades culturais, esportivas e de entretenimento	4 (quatro) horas por participação ativa no evento esportivo (atleta, técnico, organizador). 3 (três) horas por participação em peça de teatro. 3 (três) horas em participação em filmes em DVD/ cinema	Documento que comprove a participação descrita (atleta, técnico, organizador, ator, diretor, roteirista).
Participação em projetos de Iniciação científica	Máximo de 60 horas	Certificado (carimbado e assinado pelo responsável pelo programa e/ou orientador) de participação e/ou conclusão da atividade expedido pela Instituição onde se realizou a atividade, com a respectiva carga horária.

Publicações	20 (vinte) horas por publicação, como autor ou coautor, em periódico vinculado a instituição científica ou acadêmica.	Apresentação do trabalho publicado completo e/ou carta de aceite da revista/periódico onde foi publicado.
	60 (sessenta) horas por capítulo de livro, como autor ou coautor.	
	60 (sessenta) horas por obra completa, por autor ou coautor.	
	30 (trinta) horas para artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais.	
Participação em comissão organizadora de evento técnico-científico previamente autorizado pela coordenação do curso.	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, ou coordenação do curso com a respectiva carga horária.

6.7.2 Estágio Profissional Supervisionado

O Estágio Profissional Supervisionado, conforme a Lei Nº 11.788/2008, é considerado uma atividade educativa, desenvolvida no ambiente de trabalho com o intuito de preparar os educandos do ensino regular em instituições de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, para o trabalho produtivo.

De acordo com o parecer CNE/CEB Nº 11/2013, o Estágio Profissional Supervisionado previsto na formação do aluno é uma estratégia de integração teórico-prática, representando uma grande oportunidade para consolidar e aprimorar conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento da formação dos alunos e possibilitando-os atuarem diretamente no ambiente profissional por meio da demonstração de suas competências laborais.

Os procedimentos de Estágio Profissional Supervisionado são regulamentados pela Resolução Nº. 96 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro

de 2015, criada para sistematizar o processo de realização do Estágio Profissional Supervisionado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, em consonância com as legislações pertinentes. A Coordenação de Estágio e Egresso ligado a Departamento de Desenvolvimento Educacional do *campus* São Gabriel da Cachoeira fica responsável pela identificação das oportunidades de estágio, da facilitação e ajuste das condições de estágio oferecido, do encaminhamento dos estudantes, da preparação da documentação legal e da formalização de convênios entre as concedentes de estágio e a Instituição de Ensino visando a integração entre as partes e o estudante. A identificação de locais de estágio e a sua supervisão deverá ser realizada em conjunto com as Coordenações de Eixo Tecnológico e com os Professores Orientadores de Estágio.

Tendo em vista a legislação vigente, o Estágio Profissional Supervisionado é obrigatório com carga horária curricular de 250 horas (25% sob o total da carga horária mínima da Formação Profissional estipulada) e ocorrerá a partir do 1º módulo do Curso, onde os alunos deverão estar regularmente matriculados em curso compatível com a área e modalidade do estágio. Na impossibilidade de realização do Estágio Profissional Supervisionado, o discente poderá, alternativamente, desenvolver um Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) na sua área de formação e apresentá-lo em forma de relatório científico.

Ao cumprir a carga horária do Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório o aluno deverá elaborar um Relatório Final e apresentá-lo em banca examinadora de acordo com as normas estabelecidas pela instituição de ensino, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade técnica durante o período da prática profissional supervisionada. O discente/estagiário será aprovado ao atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), onde 40% dessa nota será atribuída pelo supervisor de estágio na empresa e 60% pela banca examinadora. Portanto, mesmo após a defesa, faz-se necessário a entrega da versão final do Relatório com as adequações sugeridas pela banca, conforme o aceite do professor orientador.

Segundo a Resolução Nº 96 – IFAM/CONSUP: “As Atividades de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica e Práticas Profissionais Aplicadas na

Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior, desenvolvidas pelo discente, correlatas com a área de formação do discente, realizadas no âmbito do IFAM, poderão ser aproveitadas como Estágio, desde que, devidamente, acompanhadas e avaliadas, utilizando-se dos mesmos procedimentos e critérios para validação do Estágio Profissional Supervisionado, inclusive no cumprimento da carga horária obrigatória”. Portanto, o discente que cumprir esses pré-requisitos deverá manifestar o interesse em aproveitar tal atividade como Estágio Profissional Supervisionado, ficando proibido, se for o caso, de aproveitá-la como horas para atividades complementares. Além disso, estará submetidos aos mesmos procedimentos avaliativos do Estágio Profissional Supervisionado, incluindo a redação e defesa de um relatório final.

Todo assunto relacionado ao Estágio Profissional Supervisionado, relatados ou não nesse plano de curso, deverão estar de acordo com a Lei Nº 11.788/2008, as Resoluções Nº 94 e 96 CONSUP/IFAM ou as legislações que venham substituí-las.

6.7.2.1 *Aproveitamento Profissional*

A atividade profissional registrada em carteira de trabalho ou outro documento oficial que comprove o vínculo, além de atividades de trabalho autônomo, poderão ser aproveitadas como Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório, desde que sejam comprovadas e estejam diretamente relacionada à habilitação profissional do Curso Técnico de Nível Médio por meio da avaliação da Coordenação de Eixo Tecnológico. Além disso, estas atividades devem ter sido desempenhadas por um período mínimo de 06 (seis) meses anteriores a solicitação de aproveitamento.

Após aprovação, terá carga horária de 250 horas e será avaliado por meio do Relatório Final e apresentação em banca examinadora conforme as normas estabelecidas pela instituição. O discente/estagiário será aprovado ao atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), atribuída na totalidade pela banca examinadora.

6.7.3 Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT

O Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) constitui-se em uma atividade acadêmica onde é possível articular os conhecimentos obtidos ao longo do curso, aplicando e ampliando o conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado à profissão. Igualmente ao Estágio Profissional Supervisionado, tem como finalidade complementar o processo ensino aprendizagem e habilitar legalmente o técnico de nível médio integrado.

De acordo com o artigo 173 da Resolução Nº 94 – CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, o Projeto de Conclusão do Curso Técnico (PCCT) envolve a construção de um projeto, seu desenvolvimento e sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar na Forma Subsequente, o aluno deverá realizar o Estágio Profissional Supervisionado e o PCCT. Este último deverá ser desenvolvido no decorrer do curso técnico a partir do 1º módulo com a disciplina **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Projetos**. Para cada PCCT será permitido até quatro alunos como autores do projeto, com participação efetiva de todos, comprovada por meio das aferições do professor orientador. O(s) aluno(s) deverá(ão) escolher seu orientador, coorientador (opcional) e o tema de seu Pré-Projeto de Conclusão de Curso a partir do 2º módulo, desenvolvendo-o sob orientação, acompanhamento e avaliação docente.

A elaboração do PCCT implicará em normas metodológicas e científicas, de organização e contribuição para a ciência, de sistematização e aprofundamento do tema abordado, sem ultrapassar, contudo, o nível de graduação técnica. Os temas poderão ser inovadores ou extensão de trabalhos já existentes, inclusive extensão de trabalhos realizados no PIBIC-JR ou PIBEX, desde que contemplem a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional.

Os projetos serão autossustentáveis, o que implica que o IFAM *Campus* São Gabriel da Cachoeira não será obrigado a oferecer nenhuma contrapartida pecuniária, nem aos discentes e nem aos docentes orientadores,

disponibilizando apenas a estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades do projeto que deverão ser desenvolvidos nos laboratórios de informática ou nas demais dependências do IFAM *Campus* São Gabriel da Cachoeira. Havendo necessidade de atividades externas, essas deverão ser apresentadas e justificadas no Pré-Projeto de Conclusão do Curso, a ser protocolado ao coordenador do curso técnico.

Na impossibilidade de o projeto não ser concluído dentro do prazo definido no cronograma elaborado pela coordenação de estágio, o aluno ficará retido no componente PCCT e deverá, juntamente com o seu orientador, encaminhar a coordenação de estágio uma solicitação de novo prazo de entrega e defesa, porém, a mesma será no ano letivo seguinte. A solicitação deverá ser encaminhada via protocolo e com justificativa e assinatura do(s) aluno(s) e orientador (s). Vale destacar que enquanto o aluno não entregar a versão final do PCCT, o mesmo terá o seu processo de emissão do diploma paralisado até que seja sanada essa pendência.

Atribuições e Compromissos Do(a) coordenador(a):

O coordenador do estágio do Curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar na Forma Subsequente será o responsável por gerenciar a operacionalização dos PCCT, considerando as normas/resoluções vigentes, quadro docente, recursos financeiros e calendário acadêmico. Serão de sua responsabilidade, as seguintes atividades:

- a) Definir o cronograma das atividades do PCCT de acordo com o calendário acadêmico (prazo de inscrição/entrega do Pré-Projeto; Resultado das avaliações dos Pré-Projetos; Termos de Compromisso de Orientação do PCCT; Início das atividades de PCCT; Entrega do PCCT; Defesa do PCCT; Entrega da versão corrigida do projeto)
- b) Receber os Pré-Projetos protocolados e cadastra-los a fim de ter um controle de quais alunos optaram por desenvolver o PCCT, e seus respectivos orientadores e co-orientadores;

- c) Gerenciar as eventuais alterações de orientação do PCCT zelando pelo registro de tais ocorrências no Termo de Alteração de Orientação do PCCT;
- d) Organizar e presidir uma comissão para avaliação dos Pré-Projetos;
- e) Apresentar aos alunos e comunidade os resultados dos Pré-Projetos, informados as sugestões definidas pela comissão de avaliação;
- f) Definir e convidar os membros que irão compor a banca de avaliação do PCCT;
- g) Receber os PCCTs concluídos e encaminhar aos membros da banca, com as respectivas fichas de avaliação;
- h) Elaborar a ata de defesa;
- i) Receber as fichas de avaliação do projeto final;
- j) Receber os PCCTs corrigidos e encaminhar a biblioteca;
- k) Encaminhar ao Controle Acadêmico a relação de alunos aprovados e reprovados, com as respectivas atas de defesa;

Do (a) estudante:

- a) Escolher um orientador, e se necessário um coorientador;
- b) Definir a temática do PCCT, em conjunto com o orientador, conforme a área de conhecimento do curso;
- c) Elaborar e desenvolver o Pré-Projeto, bem como o PCCT, sob a orientação e acompanhamento do orientador.
- d) Cumprir o plano e cronograma de atividades estabelecido em conjunto com o orientador;
- e) Inteirar-se do cumprimento destas diretrizes e demais normas afins em vigor;
- f) Entregar no prazo estabelecido uma versão digital do Projeto de Conclusão do Curso com o respectivo código fonte via protocolo, ao coordenador que irá encaminhá-los à banca examinadora.
- g) Após a aprovação do PCCT e das devidas correções sugeridas pelos membros da banca examinadora, o aluno deverá encaminhar um

exemplar encadernado e um exemplar em formato digital com o código fonte, via protocolo, ao coordenador de estágio.

A Figura 2 ilustra o processo pelo qual o(s) aluno(s) deverá(ão) seguir ao fazer o PCCT.

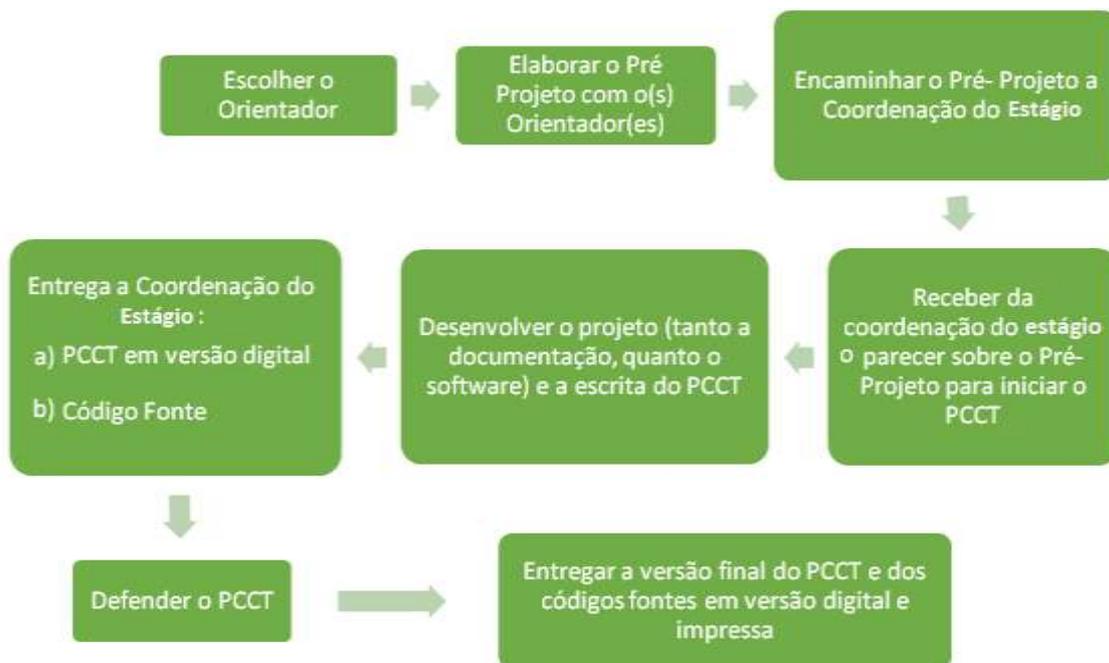


Figura 1. Processo de Atividades do PCCT

Fonte: IFAM/CSGC (adaptada).

Do (a) Orientador (a):

O orientador deverá pertencer ao quadro de funcionários do IFAM com formação em Pedagogia, administração e informática ou áreas afins, e suas atribuições e compromissos são:

- a) Orientar e acompanhar o(s) aluno(s) na escolha do tema de estudo, no planejamento das atividades e no desenvolvimento da proposta de trabalho;
- b) Analisar e avaliar as etapas produzidas, apresentando sugestões de leituras, estudos ou experimentos complementares, contribuindo na busca de soluções de problemas surgidos no decorrer dos trabalhos realizados;
- c) Acordar com o(s) aluno(s) os dias e horários para orientação;

- d) Informar o(s) orientando(s) sobre o cumprimento das normas, procedimentos, critérios de avaliação do PCCT e dos prazos de entrega dos documentos e defesa;
- e) Presidir a banca examinadora, e em sua ausência legal, indicar por escrito ao coordenador do estágio e em um prazo de 05 dias úteis, um substituto;
- f) Conduzir à revisão do PCCT, quando determinado pela banca examinadora;

Membros da Banca Examinadora:

A banca será formada pelo professor orientador, um professor da área técnica e um convidado (professor, pesquisador ou profissional com, no mínimo, nível de Graduação Superior), sendo que a escolha dos membros será feita pelo coordenador do estágio em conjunto com o professor orientador. O membro convidado poderá ser tanto da instituição como externo, desde que o mesmo não cause ônus para o IFAM *Campus*São Gabriel da Cachoeira.

Os membros da banca receberão, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da data de apresentação, os trabalhos para minucioso exame, reservando-se para o dia da defesa os comentários pertinentes. Os membros da banca terão como atribuições:

- a) Efetuar leitura antecipada e minuciosa do PCCT;
- b) Propor, se necessário, alterações no trabalho;
- c) Avaliar a escrita do PCCT, a apresentação e defesa do(s) aluno(s), a documentação e o software gerado, aplicando conceitos de: aprovação, recomendação para ajustes ou reprovação;
- d) Encaminhar os resultados da defesa ao coordenador do curso para as providências cabíveis;
- e) Assinar a Ata de defesa do PCCT;

Pré-Projeto de Conclusão do Curso Técnico

A elaboração do Pré-Projeto de Conclusão do Curso Técnico deverá ser construída em conjunto com o orientador, e se houver, com o coorientador, devendo seguir o modelo conforme apresentando no Apêndice D que se constitui de:

- a) Título do Projeto;
- b) Resumo;
- c) Palavras-chaves;
- d) Objetivos (Geral e Específico);
- e) Apresentação do Problema a ser investigado e Justificativa;
- f) Método de Pesquisa;
- g) Cronograma de Execução;
- h) Resultados Esperados;
- i) Referências Bibliográficas.

A entrega deverá respeitar o prazo definido pela coordenação do curso, correndo o risco de o(s) aluno(s) que não efetuar no prazo definido ser considerado Reprovado.

Da estrutura final do Projeto de Conclusão do Curso Técnico

O Projeto de Conclusão do Curso Técnico poderá ser elaborado na forma de um artigo científico de 12 a 20 páginas correspondentes ao limite mínimo e máximo para sua aceitação. Nele deverão constar os dados e resultados do projeto desenvolvido, sob a forma de revisão bibliográfica ou pesquisa de campo escrito segundo as normas da ABNT.

Os manuscritos devem ser configurados em página de tamanho A4 em fonte *Times New Roman* corpo 12 pontos, com espaçamento duplo, margens laterais de 3 cm e margens superior e inferior com 2,5 cm. Em sua estrutura deverá constar o título do projeto, nome dos autores, orientador e coorientador, resumo, *abstract*, introdução, material e métodos, desenvolvimento, considerações finais e referências bibliográficas. Nos casos de revisões de literatura, relatos técnicos ou de casos clínicos, o trabalho deve apresentar em sua organização introdução, descrição, conclusão e referências. Todo o trabalho deverá estar estruturado em no máximo 20 (vinte) páginas (incluindo folha de rosto), com 25 (vinte e cinco) linhas cada.

As figuras, gráficos, tabelas e quadros também deverão estar inseridos no texto, juntamente com suas legendas, títulos e numerações. A numeração

das tabelas e quadros deverá ser feita em algarismos romanos, com apresentação sucinta e objetiva assim como as figuras e gráficos, que deverão ser numerados em algarismos arábicos. As imagens que forem utilizadas devem ser geradas em arquivos digitais no formato JPG ou TIFF, em preto e branco ou colorido, com no mínimo 300 dpi de resolução. O trabalho deverá ter a numeração de páginas formatada no canto inferior direito, sem contar a página de rosto.

O PCCT deverá ser escrito em *Times New Roman* e apresentar em sua folha de rosto: o Título do trabalho (em português e em inglês), escrito com corpo 14 pontos e letras maiúsculas; Nome(s) do(s) autor(es) completo com indicativo das filiações em letras maiúsculas, corpo 12 pontos – Exemplo: Adrian Ferreira KIAP¹; As filiações dos autores referentes à Disciplina, Departamento ou Instituição descritas em corpo de 12 pontos; O endereço eletrônico dos autores para correspondência com corpo de 12 pontos; Resumo, formatado com corpo 12 pontos, de no máximo 300 palavras abordando o que foi feito no trabalho, em um só parágrafo, contendo os seguintes itens: introdução, objetivo, material e métodos (relato de caso ou revisão de literatura), resultados e conclusão; As Palavras-chave com 3 expressões que identifiquem o conteúdo do trabalho; O *Abstract* compatível com o resumo em português; *Key-words*: palavras-chave em inglês.

Os trabalhos que envolverem seres humanos ou animais, incluindo órgãos e/ou tecidos isoladamente, além de prontuários clínicos ou resultados de exames clínicos, deverão respeitar a Resolução n.36 – CONSUP/IFAM, de 17 de dezembro de 2012, aprovada pelo Comitê de Ética do IFAM *campus* São Gabriel da Cachoeira.

Após a aprovação do PCCT, um exemplar do trabalho encadernado e um exemplar em formato digital com o código fonte deverá ser disponibilizado à Biblioteca do IFAM *campus* São Gabriel da Cachoeira, para acesso público. Cabe destacar que a submissão do PCCT a uma revista científica para sua publicação não é obrigatória, ficando a critério dos autores decidirem fazê-lo ou não.

6.7.3.1 *Do prazo para Alteração de Orientador*

Iniciados os trabalhos, o prazo para eventuais mudanças de orientação será:

a) Para o discente, a qualquer momento, por meio de requerimento registrado no protocolo do campus, informando das razões da troca de orientador e da sugestão do novo orientador, o qual será encaminhado à coordenação de estágio. Entretanto, a mudança de orientação só será realizada mediante a ciência do antigo orientador e o aceite do novo orientador proposto, com a assinatura de ambos no Termo de Alteração de Orientação do PCCT. Ressalta-se que o novo orientador só terá que cumprir as atribuições e compromissos pela responsabilidade da orientação caso assine o referido Termo afirmando o compromisso pela orientação do aluno, caso contrário, toda responsabilidade pela orientação ainda será do orientador anterior. O antigo orientador só ficará livre destas mesmas responsabilidades com a efetuação da transferência.

b) Para o docente orientador também é permitido a transferência de orientação a qualquer tempo desde que justificada e que não traga prejuízo ao aluno, além de ser condicionada à apresentação de um novo orientador que assine o Termo de Alteração de Orientação do PCCT.

6.7.3.2 *Da Defesa à Banca Examinadora*

A avaliação do PCCT será realizada em uma apresentação pública do trabalho, perante uma banca examinadora composta por 03 (três) componentes titulares, incluindo o orientador que presidirá a banca, e 02 (dois) suplentes.

Na defesa, o aluno poderá utilizar até 20 (vinte) minutos para apresentação do trabalho, os examinadores até 30 (trinta) para arguição e mais 10 (dez) minutos para comentários e divulgação do resultado.

6.7.3.3 *CrITÉRIOS de Avaliação do PCCT*

Cada um dos examinadores, inclusive o orientador, atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) considerando o trabalho escrito, a defesa oral e o software apresentado, conforme os critérios do Apêndice E.

A banca avaliará os trabalhos e atribuirá conceitos Aprovado, Recomendado para Ajustes ou Reprovado. Da nota atribuída pela banca examinadora não caberá recurso ou revisão. Será considerado Aprovado o(s) aluno(s) que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis), calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores.

Se o conceito for Recomendado para Ajustes, o aluno deverá reapresentar o PCCT com as recomendações da banca examinadora, no prazo definido pela coordenação do estágio, e com o aval do orientador, sob o risco da inviabilidade da expedição do diploma de técnico de nível médio.

Será considerado Reprovado o(s) aluno(s) que descumprirem os prazos, ou o(s) aluno(s) que obtiver nota inferior a 6,0 (seis). O(s) aluno(s) que for considerado reprovado deverá efetuar nova matrícula no componente curricular de PCCT.

7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento dar-se-á de conforme a Resolução CEB/CNE Nº 6 DE 20/09/2012, para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Segundo o estabelecido no Regulamento da Organização Didático – Acadêmica do IFAM, o aproveitamento de estudos é o processo de reconhecimento de componentes curriculares/disciplinas, em que haja correspondência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdos e cargas horárias, cursados com aprovação:

I – num período de até 07 (sete) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Superior; e

II – num período de até 05 (cinco) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O aproveitamento de estudos permite a dispensa de disciplinas realizadas em cursos de mesmo nível reconhecidos pelo Ministério da Educação. O aproveitamento dar-se-á de acordo com o estabelecido na Organização Didático-Acadêmica vigente no IFAM no período em que o curso estiver sendo ofertado.

Vale ressaltar que, com exceção de discentes oriundos de Transferência, Reopção de Curso e/ou de opção por mudança de Matriz Curricular, o aproveitamento de estudos deverá ocorrer somente para componentes curriculares/disciplinas oriundos de cursos integralizados da Educação Superior e nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente.

Em adição, para que seja concedido o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas, os cursos devem ser equivalentes, no mesmo nível de ensino e área de conhecimento/eixo tecnológico.

Em caso de retorno de um discente à Instituição, por meio de novo processo seletivo, poderá ser solicitado o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas da Educação Superior e dos Cursos Técnicos de Nível Médio Forma Subsequente não integralizados, desde que em consonância com os critérios estabelecidos.

Faz-se importante esclarecer também que poderá ser aproveitado 01 (um) componente curricular/disciplina do IFAM com base em 02 (dois) ou mais componentes curriculares/disciplinas, cursados na Instituição de origem ou vice-versa. Em outras palavras, se o mínimo de 75% de correspondência de conteúdos e cargas horárias só for alcançado com a união de mais de um componente curricular/disciplina cursado anteriormente, assim poderá ser feito pelo discente solicitante. O contrário também é possível, se um componente curricular/disciplina cursado anteriormente possuir conteúdos e cargas horárias suficientes para aproveitar dois componentes curriculares/disciplinas no IFAM, assim poderá ser realizado.

Adicionamos que o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas obedecerá a um limite de até 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso em que estiver matriculado o discente interessado, excetuando-se aquela destinada ao Estágio Profissional Supervisionado, ou

Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

7.1 PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO

Ainda conforme a Resolução, o discente deverá requerer à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas feito anteriormente, via protocolo, com os seguintes documentos, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico:

I – Histórico Escolar, carimbado e assinado pela Instituição de origem;

II – Ementário referente aos estudos, carimbado e assinado pela Instituição de origem;

III – Indicação, no formulário mencionado, de quais componentes curriculares/disciplinas o discente pretende aproveitar.

Após a solicitação, os documentos serão analisados, e o parecer conclusivo sobre o aproveitamento de estudos componentes curriculares/disciplinas deverá ser emitido por:

I – Coordenação de Curso da Área/Eixo Tecnológico correspondente e docente, quando se tratar dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente;

II – Colegiado de Curso, quando se tratar dos Cursos de Graduação.

O resultado do parecer conclusivo de aproveitamento deverá ser publicado pela Diretoria de Ensino, ou equivalente no *campus*, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.

Em caso de componentes curriculares/disciplinas oriundas de Instituição estrangeira, a solicitação de aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas com documentação comprobatória deverá ser acompanhada da respectiva tradução oficial e devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira, no país de origem.

8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser de dois tipos: da aprendizagem e do sistema educacional. Esta seção apresentará a avaliação da aprendizagem, que é responsável em qualificar a aprendizagem individual de cada aluno.

Conforme o artigo 34º da Resolução Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

Nesse sentido, a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, em seu artigo 133, assinala que a avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico e a orientação e reorientação do processo ensino e aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos discentes e à ressignificação do trabalho pedagógico.

O procedimento de avaliação no Curso Técnico de Nível Médio em Administração segue o que preconiza a Resolução Nº 94 – CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015 - Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, procurando avaliar o aluno de forma contínua e cumulativa, de maneira que os aspectos qualitativos se sobressaiam aos quantitativos.

A avaliação do rendimento acadêmico deve ser feita por componente curricular/disciplina, abrangendo simultaneamente os aspectos de frequência e de aproveitamento de conhecimentos.

No IFAM, há avaliações diagnósticas, formativas e somativas, estabelecidas previamente nos Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos e nos Planos de Ensino, os quais devem contemplar os princípios e finalidades do Projeto Político Pedagógico Institucional.

A avaliação do desempenho escolar no Curso Técnico de Nível Médio em Administração na Forma Subsequente é feita por componente curricular/disciplina a cada semestre, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento de conhecimentos, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº.

9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas e atividades previstas no Planejamento de Ensino da disciplina. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

As atividades avaliativas deverão ser diversificadas e serão de livre escolha do professor da disciplina, desde que as mesmas sejam inclusiva, diversificada e flexível na maneira de avaliar o discente, para que não se torne um processo de exclusão, distante da realidade social e cultural destes discentes, e que considere no processo de avaliação, as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem individual.

A literatura corrente apresenta uma diversidade de instrumentos utilizados para avaliar o aluno, tais como: Provas escritas ou práticas; Trabalhos; Exercícios orais ou escritos ou práticos; Artigos técnico-científicos; Produtos e processos; Pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos; Oficinas pedagógicas; Aulas práticas laboratoriais; Seminários; Portfólio; Memorial; Relatório; Mapa Conceitual e/ou mental; Produção artística, cultural e/ou esportiva. Convém ressaltar que esses instrumentos elencados não são os únicos que poderão ser adotados no curso, cada professor terá a liberdade de definir quais critérios e instrumentos serão utilizados em seu componente/disciplina, bem como definir se a natureza da avaliação da aprendizagem será teórica, prática ou a combinação das duas formas, e se a avaliação será realizada de modo individual ou em grupo.

Todavia, os critérios, instrumentos e natureza deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, e devem ser descritos nos Planos de Ensino. Recomenda-se ainda, que os Planos de Ensino possam ser disponibilizados online por meio do sistema acadêmico (Q-Acadêmico ou outro vigente), possibilitando assim, que os alunos e/ou responsáveis conheçam os critérios e procedimentos de avaliação adotado em um determinado componente curricular/disciplina.

Também deve ser observado que apesar de ser da livre escolha do professor a definição da quantidade de instrumentos a serem aplicados, deve-se seguir a organização didática do IFAM de modo a garantir que o quantitativo

mínimo seja cumprido. No presente momento de elaboração deste projeto, a resolução vigente é Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, e em seu artigo 138, estabelece o mínimo 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O docente deverá divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, bem como sua divulgação ocorrerá ao fim de cada bimestre com o registro no sistema acadêmico. E a cada fim de bimestre, os pais ou responsáveis legais deverão ser informados sobre o rendimento escolar do estudante.

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em nota e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção seguirá os critérios estabelecidos na organização didática do IFAM. Atualmente, conforme a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015 a pontuação mínima é de 6,0 (seis) por disciplina.

Ao discente que faltar a uma avaliação por motivo justo, será concedida uma nova oportunidade por meio de uma avaliação de segunda chamada. Para obter o direito de realizar a avaliação de segunda chamada o aluno deverá protocolar sua solicitação e encaminhá-la a Coordenação do Curso. Critérios e prazos para solicitação de segunda chamada deverão seguir as recomendações da organização didática do IFAM vigente.

Ao discente que não atingir o objetivo proposto, ou seja, que tiver um baixo rendimento escolar, será proporcionado estudos de recuperação paralela no período letivo.

A recuperação paralela está prevista durante todo o itinerário formativo e tem como objetivo recuperar processos de formação relativos a determinados conteúdos, a fim de suprimir algumas falhas de aprendizagem. Esses estudos de recuperação da aprendizagem ocorrerão de acordo com o disposto na organização didática do IFAM e orientações normativas da PROEN.

Além disso, haverá um Conselho de Classe estabelecido de acordo com as diretrizes definidas na organização didática do IFAM, com poder deliberativo que, reunir-se-á sempre que necessário para avaliação do processo ensino aprendizagem. Maior detalhamento sobre os critérios e procedimentos de

avaliação, exame final, recuperação da aprendizagem, regime de dependência e revisão de avaliação são tratados pela organização didática vigente (Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/201).

8.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução N. 94, os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos docentes nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento:

- I – do raciocínio;
- II – do senso crítico;
- III – da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV – de associar causa e efeito;
- V – de analisar e tomar decisões;
- VI – de inferir; e
- VII – de síntese.

A Avaliação deverá ser diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de:

- I – provas escritas;
- II – trabalhos individuais ou em equipe;
- III – exercícios orais ou escritos;
- IV – artigos técnico-científicos;
- V – produtos e processos;
- VI – pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- VII – oficinas pedagógicas;
- VIII – aulas práticas laboratoriais;
- IX – seminários; e
- X – auto-avaliação.

A natureza da avaliação da aprendizagem poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se, **por disciplina**, a aplicação mínima de:

I – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por etapa para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada;

II – 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante, e na Forma Integrada à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA/EPT;

III – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo, para os Cursos de Graduação.

Ainda segundo a Resolução, compete ao docente divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, podendo utilizar-se de listagem para a ciência dos mesmos.

No que tange à Educação a Distância, o processo de avaliação da aprendizagem será contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e nos encontros presenciais. Nessa modalidade, o docente deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

8.2 NOTAS

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em notas e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Os arredondamentos se darão de acordo com os critérios:

I – as frações de 0,1 e 0,2 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,1 ou 8,2, o arredondamento será para 8,0.

II – as frações de 0,3; 0,4; 0,6 e 0,7 arredondam-se para a fração 0,5. Por exemplo, se a nota for 8,3 ou 8,7, o arredondamento será para 8,5.

III – as frações de 0,8 e 0,9 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,8 ou 8,9, o arredondamento será para 9,0.

A divulgação de notas ocorrerá por meio de Atas que deverão ser publicadas pela Direção de Ensino, ou equivalente do campus, considerando:

I – Atas Parciais, apresentadas ao final de cada etapa dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada;

II – Atas Finais, apresentadas ao final do semestre/ano letivo dos cursos ofertados.

Deverá constar a data de publicação nas Atas, visto que o corpo discente terá um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para solicitação de correção, via protocolo, devidamente justificado e comprovado.

8.3 AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

A avaliação de segunda chamada configura-se como uma nova oportunidade ao discente que não se fez presente em um dado momento avaliativo, tendo assegurado o direito de solicitá-la, via protocolo, à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por motivo devidamente justificado.

Vale ressaltar que, nos cursos na modalidade da Educação a Distância, será permitida somente para avaliação presencial.

A solicitação de avaliação de segunda chamada será analisada com base nas seguintes situações:

I – estado de gravidez, a partir do oitavo mês de gestação e durante a licença maternidade, comprovada por meio de atestado médico do Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou atestado médico do Sistema de Saúde Público ou Privado, endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;

II – casos de doenças infectocontagiosas e outras, comprovadas por meio de atestado médico endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;

III – doença comprovada por meio de atestado médico, fornecido ou endossado, pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou pelos Sistemas de Saúde Públicos ou Privados;

IV – inscrição e apresentação em serviço militar obrigatório;

V – serviço à Justiça Eleitoral;

- VI – participação em atividades acadêmicas, esportivas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão, representando o IFAM, emitida pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*;
- VII – condição de militar nas Forças Armadas e Forças Auxiliares, como Policiais Militares, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e de Trânsito, Policiais Federais, Policiais Civis, encontrarse, comprovadamente no exercício da função, apresentando documento oficial oriundo do órgão ao qual esteja vinculado administrativamente;
- VIII – licença paternidade devidamente comprovada;
- IX – doação de sangue;
- X – prestação de serviço, emitida por meio de declaração oficial de empresa ou repartição;
- XI – convocação do Poder Judiciário ou da Justiça Eleitoral;
- XII – doença de familiares, em primeiro grau, para tratamento de saúde, comprovada por meio de atestado médico fornecido pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, dos Sistemas de Saúde Público ou Privado endossado pelo Setor de Saúde;
- XIII – óbito de familiares, em primeiro grau; e
- XIV – casamento civil.

Os casos omissos deverão ser analisados pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, com apoio da Equipe Pedagógica e demais profissionais de apoio ao discente.

De acordo com a Resolução, compete à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polos ou equivalente, após a análise, autorizar ou não, a avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Caso autorizada, caberá ao docente da disciplina agendar a data e horário da avaliação de segunda chamada, de acordo com os conteúdos ministrados, a elaboração e a aplicação da avaliação da aprendizagem, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis contados a partir do deferimento da solicitação.

8.4 PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE

Além do que já fora mencionado sobre avaliações no IFAM, há algumas especificidades nos Cursos Técnicos de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Seguem:

- Ao discente que não comparecer à avaliação deverá ser registrada a nota 0,0 (zero).
- A nota final de cada componente curricular/disciplina será a média aritmética obtida na(s) etapa(s) /semestre(s).

Para efeito de promoção e retenção, serão aplicados os critérios abaixo especificados, por componente curricular/disciplina:

I – o discente que obtiver, no mínimo, Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

II – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Concomitante que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

III – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

IV – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada à Modalidade EJA que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 05 (cinco) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

V – o discente que obtiver Média Semestral (MS) $< 2,0$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do

componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, estará retido por nota nos mesmos.

VI – será submetido ao Conselho de Classe Final o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) no intervalo $4,0 \leq MFD < 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo.

VII – o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) $\geq 5,0$ nas disciplinas em que realizou o Exame Final e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

VIII – após o Conselho de Classe Final, o discente que permanecer com Média Final da Disciplina (MFD) $< 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina oferecido no cada semestre letivo, será considerado retido por nota.

IX – o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $\geq 6,0$ e frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado retido por falta.

Parágrafo único. O Conselho de Classe Final atribuirá, se julgar pertinente, Média Final da Disciplina (MFD) igual a 5,0 (cinco) à componente curricular/disciplina, para a promoção do discente.

Para efeito de cálculo da Média da Disciplina (MD), bem como da Média Final da Disciplina (MFD) serão consideradas, respectivamente, as seguintes expressões:

$$MD = \frac{\sum NA}{N} \geq 6,0$$

Onde:

MD = Média da Disciplina;

NA = Notas das Avaliações;

N = Número de Avaliações.

$$MFD = \frac{MD + EF}{2} \geq 5,0$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Exame Final.

8.5 REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar dos resultados obtidos nos instrumentos de aferição da aprendizagem poderá requerer revisão dos procedimentos avaliativos do componente curricular/disciplina.

O pedido de revisão deverá ser realizado, via protocolo, à Diretoria de Ensino, ou equivalente do campus, especificando quais itens ou questões deverão ser submetidos à reavaliação, com suas respectivas justificativas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a divulgação do resultado da avaliação.

Cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente, do *campus*, com apoio do Coordenador de Ensino/Curso/Área/Polo, quando houver, dar ciência ao docente da disciplina para emissão de parecer.

Caso o docente seja contrário à revisão do instrumento avaliativo, cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, designar uma comissão composta por 02 (dois) docentes do curso ou área e 01 (um/uma) Pedagogo (a), quando houver, para deliberação sobre o assunto no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a partir da manifestação docente, considerando os dias úteis.

9 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais, e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundos itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

O discente receberá o diploma de Técnico de Nível Médio em Administração pelo IFAM, após a integralização de todos os componentes curriculares estabelecidos neste Projeto Pedagógico de Curso, integralização do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT e a integralização das Atividades Complementares.

A solicitação de emissão do diploma deverá ser protocolada no *campus* pelo discente e/ou responsável legal, e todas as normativas para emissão do diploma seguirão a Organização Didático-Acadêmica do IFAM, e pela regulamentação própria a ser definida pela Pró-Reitoria de Ensino, apreciada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovada pelo Conselho Superior do IFAM.

10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A Biblioteca Comunitária do Campus-São Gabriel da Cachoeira - foi criada na década de 90. Funciona em ambientes bem distribuídos para acomodação de acervo e usuários. Atualmente a Biblioteca dispõe do seguinte acervo:

- Livros
- Número de Títulos: 3.443
- Número de Volumes: 5.861
- Coleções
- Número de Títulos: 42
- Número de Volumes: 73
- Fitas
- Número de Títulos: 52
- Número de Volumes: 52
- DVDS
- Número de Títulos: 117
- Número de Volumes: 138

A Biblioteca atende aos usuários do Ensino Profissionalizante em Administração, Agropecuária, Secretariado, Secretaria Escolar, Informática, Agente Comunitário de Saúde, professores e técnicos-administrativos, profissionais liberais, instituições, além de professores e alunos de outras Instituições de Ensino, candidatos a concursos públicos, egressos, técnicos, produtores, trabalhadores rurais, pesquisadores, visitantes e até o produtor/trabalhador rural semi – alfabetizado.

A Biblioteca é integrada a Rede da Escola com acesso a internet para alunos e demais clientela, com três computadores.

Todos os itens encontram-se devidamente catalogados e disponibilizados para os usuários para consulta e/ou empréstimo.

10.1 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

1 Espaço Físico

Dependências	Quantidade
Direção Geral	1
Gabinete da Direção Geral	1
Recepção/Telefonista	1
Departamento de Administração e Planejamento	1
Coordenadoria Geral de Administração e Finanças	2
Protocolo	1
Setor de Patrimônio/Setor de Contabilidade	1
Licitação	1
Almoxarifado	1
Coordenadoria Geral de Recursos Humanos	2
Comissão Permanente de Licitação	1
Coordenação de Serviços de Apoio	1
Gabinete Odontológico	1
Quadra Poliesportiva Coberta	1
Secretaria Escolar	1
Quadra de Esportes	2
Área de Recreação/Lazer/Convivência	2
Biblioteca	1
Sala de Desenho	1
Salas de Aula	17
Salas de Aula Ambiente	3
Cantina Escolar	1
Biblioteca em Construção	1
Auditório	1
Departamento de Desenvolvimento Educacional	1
Coordenação de Pesquisa Institucional	1
Coordenação de Ensino Superior	1
Coordenação Geral de Ensino	2
Coordenação de Integração Escola Comunidade	1
Departamento de Desenvolvimento do Ensino	1
Coordenação Geral de Assistência ao Educando	1
Coordenação do Programa de Iniciação Científica	1

Setor de Códigos e Linguagens	1
Setor de Tecnologia da Informação	1
Sala dos Professores (em construção)	2
Quadra de Areia	1
Área de Lazer Coberta	2
Residências para Servidores	20
Alojamentos para Estudantes	5
Lavanderia	1
Cozinha e Refeitório Escolar	1
Cantina Escolar	1
Banheiros	9
Setor de Mecanização	1
Setor de Aquicultura(Piscicultura E Quelonicultura) e Reprodução de Peixes	1
Barragem	1
Barragem em Construção	1
Pista de <i>Skate</i> em Construção	1
Setor de Suinocultura	1
Setor de Avicultura	1
Setor de Bovinocultura	1
Setores de Agricultura	3
Viveiro para Produção de Mudas	1
Estação Meteorológica	1
Carpintaria	1
Fábrica de Ração Animal	1
Agroindústria	1
Área Total Construída	15240
Área Total	2.000.700

8.2 Infra-estrutura física

AMBIENTE	QTDE	ÁREA (m ²)
Salas de Aula	14	1122,8
Salas de Aula	14	1122,8

Salas de Estudo	1	45
Laboratórios	4	554,3
Lanchonete/Cantina	01	69,30
Wc. masculino / Feminino / Pne	01	131,00
Sala da Manutenção		--
Almoxarifado	01	295,50
Sala da Reprografia	01	12,40
CPD		--
Gabin. médico / odontológico	01	16,00
Administração (coordenações/setores pavilhão adm.)	07	285,28
Loja		--
Diretoria Acadêmica (DDE)	01	25,20
Recursos Audiovisuais		--
Sala Vídeo Conferência		--
Biblioteca	01	111,30
Chefia de Gabinete	01	21,00
Sala de Professores (em construção)	01	67,38
Relações Comunitárias		--
Secretaria Escolar	01	48,70
Protocolo	01	19,80
Sala de Reunião		--
Secretaria		--
Copa	01	10,70
Gerência de Ensino (CGE)	01	49,80
Apoio Pedagógico (CGAE)	01	38,92
Coordenação		
Auditório	01	113,80

Salão (Hall)		
Área de Convivência	01	113,8
Subestação	01	12,60
	TOTAL (m²)	3.185,68 m²

8.3 Laboratórios

Possuimos ainda Laboratórios da área da Informática, Química, Biologia e Ciências Exatas. Sendo que no Laboratório de Informática temos 40 computadores, em rede de computadores, e com internet banda larga.

11 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O *campus* São Gabriel da Cachoeira conta servidores técnicos administrativos em educação e pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas, bem como de serviços gerais. O *campus* também possui profissionais docentes com formação em áreas variadas que possibilitam a implementação do Curso Técnico de Nível Médio em Administração na Forma Subsequente.

11.1 CORPO DOCENTE

Nome	Titularidade	Área/Disciplina	Regime de Trabalho
Ana Flávia Monteiro Diógenes	Especialista	DIREITO	DE
André Alves de Holanda	Mestre	MATEMÁTICA	DE
Carlos Eduardo de Souza	Mestre	MATEMÁTICA	DE
Daiane Oliveira Medeiros	Mestre	CONTABILIDADE	DE
Diemerson de Souza Nascimento	Especialista	ADMINISTRAÇÃO	DE

Edilson Martins Melgueiro	Mestre	LINGUÍSTICA	DE
Edlene da Silva Trindade	Especialista	LING. PORTUGUESA	DE
Elaine Maria de Melo Fernandes	Especialista	LIBRAS	DE
João Renato Aguiar Soares Junior	Graduação	INFORMÁTICA	DE
Joscival Vasconcelos Reis	Mestre	LETRAS	DE
Kleber de Souza Miranda	Especialista	MATEMÁTICA	DE
Leonam Matos Correia Lima	Mestre	GESTÃO	DE
Luciano Luiz Manarin D`Agostini	Doutor	ECONOMIA	DE
Luclécia Cristina Morais da Silva	Mestre	ANTROPOLOGIA	DE
Marcondes Coelho Feitosa	Especialista	INFORMÁTICA	DE
Raimundo Santarém dos Santos	Especialista	ARTES	DE
Roberta Enir Faria Neves de Lima	Mestre	LETRAS	DE
Samara Teixeira dos Santos	Especialista	ADMINISTRAÇÃO	DE
Simone Costa da Silva	Especialista	ADMINISTRAÇÃO	DE
Tiago Francisco Andrade Diocesano	Especialista	INFORMÁTICA	DE

11.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Nome	Escolaridade	Experiência Profissional	Formação	Regime de Trabalho
Marianne Kaliny Ferreira da Silva	Ensino Superior	Enfermeira	Graduação em Enfermagem	40 horas
Gabriella Castro	Ensino	Enfermeira	Graduação em	40 horas

Guimarães.	Superior		Enfermagem	
Willan Flagner de Oliveira Ferreira	Ensino Superior	Pedagogo	Graduação em Pedagogia	40 horas
Viviane Alberta Fernandes Gonçalves	Ensino Superior	Pedagogo	Graduação em Pedagogia	40 horas
Alessandro Marcondes Albuquerque	Técnico	Auxiliar de Biblioteca	Técnico em Secretaria Escolar	40 horas
Alessandra Gonçalves de Freitas	Técnico	Auxiliar Administrativa	Técnico em Secretariado	40 horas
Carlos Antônio de Lima e Silva	Técnico	Técnico em Assuntos Educacionais	Ensino Médio	40 horas
Claudecir da Silva Barreto	Técnico	Assistente Social	Técnico em Agropecuária	40 horas
Damião Vasconcelos do Vale	Técnico	Técnico de Audiovisual	Ensino Médio	40 horas
Domingos Sávio Brito Fonseca	Medio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas
Edilson Marcondes Marcelino	Médio	Carpinteiro	Ensino Médio	40 horas
Efrain dos Santos Pereira	Ensino Médio	Servente de Obras	Ensino Médio	40 horas
Franciane Santos de Souza	Superior	Assistente de Alunos	Ensino Médio	40 horas
Franciane Santos de Souza	Superior	Psicóloga	Bacharel em Psicologia	40 horas
Francicleia da Silva Medeiros	Superior	Assistente Social	Graduação em Assistente Social	40 horas
Francisco Bruno da Silva Ruiz	Ensino Medio	Auxiliar em Administração	Graduação em Administração	40 horas
Gerson Henrique Souza dos Santos	Ensino Médio	Assistente de Alunos	Bacharel em Direito	40 horas
Inês Mendes de Lima	Ensino Médio	Assistente em Administração	Ensino Médio	40 horas
Jacirene Maria Gadelha Mendonça	Médio	Cozinheira	Ensino Médio	40 horas
Jane Fernandes Monteiro	Médio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas

Joaquim da Silva	Médio	Assistente de Alunos	Ensino Médio	40 horas
José Haroldo Cavalcante de Souza	Médio	Auxiliar em Administração	Ensino Médio	40 horas
José Miguel de Moraes	Médio	Auxiliar em Agropecuária	Ensino Médio	40 horas
Josenir Otéro Gonçalves	Médio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas
Jucilene Firmo dos Santos	Médio	Técnico em Enfermagem	Ensino Médio	40 horas
Kátia Silva Machado	Médio	Técnico em Contabilidade	Ensino Médio	40 horas
Márcia dos Santos Vargas	Médio	Assistente em Administração	Ensino Médio	40 horas
Marcos Prado da Silva	Médio	Técnico de TI	Ensino Médio	40 horas
Nairson Brazão Queiroz	Médio	Assistente em Administração	Ensino Médio	40 horas
Natanael da Silva Mota	Médio	Técnico em Agropecuária	Ensino Médio	40 horas
Odorico Alves da Silva	Ensino Superior	Administrador	Ensino Superior	40 horas
Patrícia Alves Leite	Médio	Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio	40 horas
Paula Gonçalves de Andrade	Médio	Auxiliar em Administração	Ensino Médio	40 horas
Petronilda Matos de Lima	Médio	Lavadeira	Ensino Médio	40 horas
Rafael Damásio Luciano	Médio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas
Rivenilson da Costa Otero	Ensino Superior	Contador	Ensino superior	40 horas
Ruy Alberto Melgueiro	Ensino Superior	Técnico em Assuntos Educacionais	Ensino superior	40 horas
Salette Rodrigues Gomes	Médio	Lavadeira	Ensino Médio	40 horas
Sandoval Garrido da Silva	Médio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas
Simplício Galvão da	Médio	Auxiliar em	Ensino Médio	40 horas

Silva		Agropecuária		
Zonaide Sandoval Vasconcelos	Médio	Técnico em Contabilidade	Ensino Médio	40 horas

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em dezembro de 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 01/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Decreto Nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2008.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

_____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília-DF, 2012.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 06/2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer de homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer nº 11 de 09 de maio de 2013.

_____. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. MEC/SETEC/DPEPT. 3ª edição. Brasília-DF, 2014.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Documento Base para a promoção da formação integral, fortalecimento do ensino médio integrado e implementação do currículo no âmbito das Instituições da Rede EPCT, conforme Lei Federal nº 11892/2008. FDE/CONIF. Brasília, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ªed. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002.

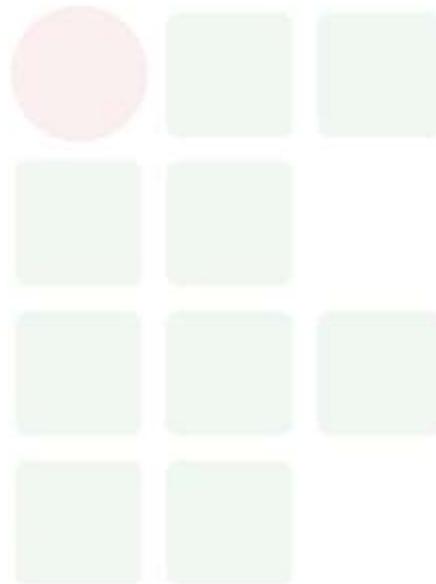
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução Nº 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 18, de 1 de fevereiro de 2017. Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1994.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia dialética em sala de aula. In: **Revista de Educação AEC**. Brasília, 1992 (n. 83).

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



APÊNDICES

APÊNDICE A – PROGRAMA DE DISCIPLINAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
I	30	10		2	40	
EMENTA						
<p>Produção de leitura e escrita de textos, observando conceitos de textos, variação linguística, diferenças formais e funcionais. Organização do parágrafo e do período: seleção, organização e integração de ideias. Normatização gramatical.</p>						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Língua Portuguesa						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Administração; Direito; Organização, Sistemas e Métodos.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<p>Ao final do curso, os alunos deverão estar aptos a ler, a estudar, a buscar sentidos, a interpretar, a persuadir, a comunicar, a gerar novas idéias. Deverão conhecer a norma culta, a fim de se expressar com desembaraço na comunicação pessoal e profissional.</p>						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<p>Desenvolver no discente a capacidade de pensar por meio do reconhecimento e uso de diferentes formas de comunicação e estudos das normas gramaticais.</p>						

Estabelecer a relação entre a organização de um texto e a gramática que o sustenta, objetivando a exploração dos variados recursos expressivos, a fim de analisar e produzir textos dentro de um contexto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As modalidades textuais;
- Problemas técnicos das variantes de linguagem;
- Polissemia: as várias possibilidades de leitura textual; níveis de leitura: a estrutura textual;
- Interpretação de textos;
- Coesão e coerência textual;
- Recursos gramaticais e disposição das palavras no texto;
- A originalidade;
- O estilo do discurso dissertativo de caráter científico: principais características e expedientes argumentativos;
- A citação do discurso alheio;
- As técnicas de estudo e a reprodução do conhecimento;
- A leitura e a documentação dos estudos: o esquema, o fichamento, o resumo, a resenha crítica;
- Redação técnico-científica;
- Correspondências comerciais e oficiais;
- O seminário.
- Relatórios Administrativo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELTRÃO, Odacir & BELTRÃO, Maria. **Correspondência , linguagem e comunicação**. São Paulo: Atlas, 1991.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Mec/FENAME 1976.

MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Le S. **Português Instrumental**. Porto Alegre: Sagra, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

TUFANO, Doglas. **Estudos de Redação**. São Paulo: Moderna, 1980.

BECHARA, Evanildo. **Lições de português: pela análise sintática**. 18ª. Ed. Ver. E ampl., com exercícios resolvidos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática: texto, reflexão e uso**. 3ª ed. reform. São Paulo: Atual, 2008.

FERREIRA, Marina. **Redação: palavra e arte**. 3ª Ed. Conforme a Nova Ortografia. São Paulo: Atual, 2010.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna**. Rio de Janeiro: FGF, 2006.

GRANATIC. **Técnicas Básicas de Redação**. 4. Ed. São Paulo: Scipione, 2003.

TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Scipione, 2002.

ELABORADO POR:

Prof. MSc. Pedro Issa Figueiredo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	MARKETING				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
I	45	15		3	60
EMENTA					
Conceitos de Marketing. Concorrência e clientes. Composto mercadológico. Necessidades, desejos e demandas. Ofertas ao mercado. Canais de marketing. Tipos de marketing. Comportamento do consumidor. O processo de decisão de compra. Valor e satisfação para o cliente. Fidelidade e retenção. Pesquisa mercadológica. Segmentação, seleção de mercado-alvo e posicionamento. Estratégias de Marketing e Plano de Marketing.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Profissional com Graduação em Administração ou Economia					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Capacitar os discentes para o processo de planejamento e implementação de estratégias de marketing, contribuindo para a vantagem competitiva das organizações.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos do composto de marketing; - Conhecer as ferramentas de marketing e sua aplicabilidade na gestão das 					

organizações;

- Compreender os fatores que influenciam o comportamento do cliente/consumidor para formulação e contextualização das estratégias mercadológicas;
- Aproveitar oportunidades e restringir ameaças do ambiente de marketing;
- Identificar segmentos de mercado e definir públicos-alvo; e
- Construir e manter o posicionamento mercadológico estratégico da empresa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

- Conceitos de Marketing
- Fundamentos do Marketing
- Tipos de Marketing
- Marketing, concorrência e clientes
- Composto mercadológico
- O papel do marketing nas organizações e na sociedade

UNIDADE II

- Entendimento do mercado e das necessidades dos clientes
- Pesquisa Mercadológica
- Necessidades, desejos e demandas
- Tipos de demandas
- Ofertas ao mercado
- Orientações organizacionais como relação ao mercado
- Comportamento do consumidor
- Fontes de informação do consumidor
- O processo de decisão de compra
- Valor e satisfação para o cliente
- Fidelidade e retenção

UNIDADE III

- Segmentação, seleção de mercado-alvo e posicionamento
- Estratégias de ciclo de vida dos produtos
- Influência na determinação do preço do produto
- Canais de distribuição
- Propaganda e relações públicas

UNIDADE IV

- Matriz SWOT
- Estratégias de Marketing
- Plano de Marketing

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**, 9ª ed. São

Paulo: Printeci Hall, 2003.
KOTLER, Philip; KELLER, Kelvin. L. Administração de Marketing : a bíblia do marketing, 12ª ed. São Paulo: Pearson, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DE FELIPE, B.J; Marketing para pequenas empresas : comunicação e versos, 1ª ed. Brasília: Maneco, 2007.
KOTLER, P; KARTAJAYA, H. Marketing 3.0 – do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.
TORRES, C. (2009). A Bíblia do Marketing Digital: Tudo o Que Você Queria Saber Sobre Marketing e Publicidade na Internet e Não Tinha a Quem Perguntar . São Paulo: Novatec.
BAKER, M. (2005). Administração de Marketing . Rio de Janeiro: Elsevier.
LAS CASAS, A. L. (2009). Marketing: conceitos, exercícios, casos . 8. ed. São Paulo: Atlas.
ELABORADO POR:
Profa. Ms. Leonam Matos Correia Lima

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS 					
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA APLICADA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
I	45	15		3	60
EMENTA					
Síntese numérica e gráfica de dados; Medidas de tendência central; Medidas de dispersão; Noções de probabilidade; Cálculo de Probabilidade; Variáveis aleatórias discretas e contínuas; Distribuição de probabilidades discretas e contínuas.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Profissional com Graduação em Matemática ou Economia					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Preparar o aluno no sentido de utilizar os conhecimentos obtidos no processo					

de aprendizagem, a raciocinar, a analisar, a utilizar estes conhecimentos básicos de Estatística no campo profissional, e nas disciplinas que darão segmento ao curso. Procurar desenvolver no aluno a capacidade de realizar pesquisas utilizando os recursos de Estatística e proporcionar a ele condições de continuar seus estudos em nível de graduação.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Compreender e reconhecer conjuntos numéricos (N, Z, Q, I, R); Resolver diferentes situações envolvendo conjuntos; Entender o Sistema Internacional de Medidas; Resolver situações cotidianas, comparando e transformando unidades de medidas; Compreender e resolver problemas de regra de três simples e composta; Conceituar porcentagem e aplicar esse conceito na resolução de problemas; Determinar e resolver problemas de juros simples e composto; Compreender os principais elementos da estatística básica; Construir, ler, analisar e interpretar os vários tipos de gráficos; Identificar e compreender os conceitos das medidas de tendência central e medidas de dispersão; Resolver problemas que envolvam os conceitos de estatística; Compreender e aplicar o conceito de probabilidade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de estatística. - Arredondamento de números. - Propriedades da somatória. - Variável discreta e contínua. - Populações e amostras - Técnicas de amostragem: amostragem causal simples, sistemática e estratificada. - Tendenciosidade da amostra - Séries estatísticas. - Medidas de tendência central (ou de posição): media, mediana, moda, quartis. - Medidas de dispersão: Variância, desvio padrão, coeficiente de variação. - Distribuição de freqüência: dados brutos, rol, tabela de freqüência, elementos de uma distribuição de freqüências, tipos de freqüências. - Apresentação gráfica. - Dados agrupados: histograma e outros gráficos. - Probabilidade. - Noções de correlação e regressão. - Utilização de calculadoras e computadores na Estatística Aplicada. - Aplicação da estatística a Administração.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 17a ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.
BUSSAB, W. O. e MORETTIN, P. A. Estatística Básica . 5a ed., São Paulo:

Ed. Saraiva, 2002.

SILVA, ERMES M., SILVA, ELIO M., GONÇALVES V., MUROLO, A. C. **Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis**. 3a ed. V.1, São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1999.

COSTA, S. F. **Introdução ilustrada à Estatística**. São Paulo: Ed. Harbra, 1997.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 7a ed., Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1999.

FREUND, J. E., SIMON, G. A. **Estatística Aplicada Economia, Administração e Contabilidade**. 9a ed., Porto Alegre: Ed. Bookman, 2004.

LEVINE, D. M., BERENSON, M. L., STEPHAN, D. **Estatística: Teoria e Aplicações usando Microsoft Excel em Português**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2000.

SPIEGEL, M. R. **Estatística**. 3a ed., São Paulo: Ed. Makron, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVER, M. **Estatística para Administração**. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2000.

OLIVEIRA, P. L. COSTA NETO. **Estatística**. 2a ed. São Paulo: Ed. Edgard Blücher LTDA, 2002.

FONSECA, J. S., MARTINS, G. A. **Curso de Estatística**. 4a ed., São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1993.

MORETTIN, L. G. **Estatística básica: Probabilidade**. 6a ed., São Paulo: Ed. McGraw Hill, 1995.

LEVIN, J. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. 2a ed., São Paulo: Ed. Harbra, 1987.

STEVESON, W. J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Ed. Harbra, 1986.

LOPES, P. A. **Probabilidades e Estatística**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2001.

ELABORADO POR:

Prof. MSc. Pedro Issa Figueiredo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	ÉTICA E CIDADANIA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
I	30	10		2	40
EMENTA					
<p>Ética, moral e condição humana. Ética e cidadania no mundo do trabalho. O trabalho, o trabalhador e as organizações no mundo contemporâneo. O futuro da ética e da cidadania numa sociedade cheia de contradições. Realidade e utopia. Relações étnico-raciais. Sustentabilidade. Percalços e conquistas na busca de uma cidadania planetária.</p>					
PERFIL PROFISSIONAL					
Profissional com Graduação em Filosofia ou Sociologia					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Gestão de pessoas, gestão pública e empreendedorismo.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
<p>Compreender a história da ética e a possibilidade de sermos éticos; Compreender a ética como decisão racional; Descobrir a liberdade e da felicidade, no sentido de se apropriar do conhecimento racional para utilizá-lo em prol da construção de um mundo melhor para se viver. O estudo da ética, das ciências humanas e da política, são necessários nesse momento, para consolidar a formação integral do jovem, que estará apto para o mercado de trabalho e para o exercício pleno de sua condição humana.</p>					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<p>Definir Ética, moral e condição humana; Reconhecer cidadania no mundo do trabalho; Analisar as relações étnico-raciais.</p>					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<p>ÉTICA</p> <p>A existência ética Senso moral Consciência moral Juízo de fato e juízo de valor</p>					

Ética e violência

Os constituintes do campo ético

O agente moral

Os valores ou os fins éticos e os meios morais

A ética

Ética ou filosofia moral

Sócrates, o incansável perguntador

Aristóteles e práxis

Deliberação e decisão

O legado dos filósofos gregos

O cristianismo: interioridade e dever

A ideia de intenção

Natureza humana e dever

Dois visões modernas do dever

A ética de Espinosa

Da servidão passional a liberdade afetiva

Bom e mal

Uma concepção contemporânea da virtude

Razão, desejo e vontade

Convergências entre as duas concepções

Vontade e desejo

Ética das emoções e do desejo

Racionalismo humanista

Ética e psicanálise

Rigor do superego

A liberdade

A liberdade como problema

A liberdade como questão filosófica

Três grandes concepções filosófica da liberdade

As concepções de Aristóteles e de Sartre

A concepção que usa necessidade e liberdade

A liberdade como possibilidade objetiva

Vida e morte

AS CIÊNCIAS**Atitude científica**

O senso comum

Nossas opiniões cotidianas

Características do senso comum

A Atitude científica: Características gerais

A investigação científica

A ciência na história

As três principais concepções de ciência

Diferença entre ciência antiga e a clássica ou moderna

As mudanças científicas

Desmentindo a evolução e o processo científico
Rupturas epistemológicas
Revoluções científicas
Classificação das ciências

As ciências humanas

São possíveis ciências humanas
O humano como objeto de investigação
Fenomenologia, estruturalismo e marxismo
A contribuição da fenomenologia
A contribuição do estruturalismo
A contribuição do marxismo
Os campos de estudo das ciências humanas

A POLÍTICA

O início da vida política

A invenção da política: O surgimento da cidade
Os principais traços da invenção da política
O significado da invenção da política
Uma terceira forma de organização
Sociedades contrárias ao comércio e ao estado
Finalidade da vida política
A posição dos sofistas
A posição de Platão
A posição de Aristóteles
Romanos: a construção do príncipe
Virtudes principescas
O poder teológico-político: o cristianismo
A herança hebraica e romana
A instituição eclesiástica
O poder eclesiástico
As teorias teológico-políticas
Conflitos entre papa, imperador e reis
Os dois corpos do rei

As filosofias políticas

O ideal republicano
Antes de O Príncipe
A revolução de Maquiavel
O príncipe virtuoso
A ideia de soberania
O mundo desordenado
Indivíduos e conflitos
Do indivíduo a sociedade civil
O estado de natureza
O pacto ou contrato social e o estado civil
O jusnaturalismo
O estado
A teoria liberal

A burguesia e propriedade e privada
 O Estado liberal
 Liberalismo e o fim do antigo regime
 A cidadania liberal
 A ideia de revolução
 As revoluções burguesas
 Comparando liberalismo e movimento revolucionários
 As revoluções sociais

A questão democrática

A sociedade democrática
 A criação de direitos
 Ampliando a participação
 Traços da democracia
 Os obstáculos à democracia
 Dirigentes e executantes
 Dificuldades para a democracia no Brasil
 Clientelistas, vanguardistas e populistas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Abbagnano, Nicola, **Dicionário de filosofia** tradução da 1 edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosoi; revisão da tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti – 4 ed. – São Paulo: martns Fontes, 2000.

Aranha, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando: Introdução à filosofia/** Maria Lucia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins-3ed. – São Paulo: Moderna, 2003.

Arantes, Paulo Eduardo et al. **A filosofia e seu ensino**. 2 ed. São Paulo: Vozes, 1995. Gallo, Silvio; Kohan, Walter Omar (Org.). Filosofia no ensino médio. Petrópolis: Vozes, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Chauí, Marilena. **Convite à filosofia**, Ática, 2005.

Chauí, Marilena. **Iniciação à Filosofia**, Ática, 2014

Kant, Immanuel, **Crítica da Razão Pura**; tradução, notas, e posfácio: Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ELABORADO POR:

Prof. MSc. Pedro Issa Figueiredo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	TÓPICOS ESPECIAIS DE INFORMÁTICA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
I	30	10		2	40	
EMENTA						
Introdução à Ciência dos Computadores; Memórias RAM e ROM; <i>Hardware</i> ; Periféricos (entrada e saída); <i>Software</i> (básico e aplicativos); Vírus e anti-vírus; Sistema operacional Windows; Word; Excel; Internet; Editor de planilha eletrônica; Utilização de power point para apresentações. Aplicabilidade das ferramentas de informática as necessidades da administração.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Informática ou Análise de Sistemas						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Sistemas de informações gerenciais.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Capacitar o aluno a realizar tarefas de edição de textos, manipular planilhas e utilizar as ferramentas de Internet, utilizando microcomputador e os principais <i>softwares</i> existentes no mercado.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> - Formar profissionais aptos ao mercado de trabalho; - Desenvolver atividades de utilização de sistemas operacionais, editores de texto, planilhas eletrônicas, Internet; - Utilizar recursos na operação de aplicativos para automação de escritório e Internet. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. História E Evolução Dos Computadores 1.1. Geração dos Computadores.						
2. Definição e Origem do Termo Informática 2.1. Evolução e conceitos fundamentais.						
3. Tipo De Computadores						

SUBSEQUENTE

- 3.1. Desktop;
- 3.2. Notebook /Laptop;
- 3.3. Servidores /Mainframes;
- 3.4. PC /Mac;
- 3.5. Novas tendências tecnológicas

4. Esquema Básico do Elemento Software

- 4.1. Conceito de Sistema Operacionais;
- 4.2. Esquema básico do elemento humano.

5. Sistema Operacional Windows 7

- 5.1. Área de trabalho;
- 5.2. Inserir pastas e ícones;
- 5.3. Ícone do Computador / Pastas do Sistema (Perfil do Usuário);
- 5.4. Conhecendo Bloco de Notas, WordPad e Paint;
- 5.5. Teclas de atalho;
- 5.6. Painel de controle;
- 5.7. Windows Explorer;
- 5.8. Windows Média Player.

6. Microsoft Office Word 2010

- 6.1. Visão geral do Word;
- 6.2. Faixa de ribbon;
- 6.3. Abrir e fechar o Word;
- 6.4. Guias de opções;
- 6.5. Criar um Documento Novo (Digitação);
- 6.6. Salvar um texto;
- 6.7. Visualizar um documento;
- 6.8. Selecionando no Word;
- 6.9. Formatar texto;
- 6.10. Layout de página (Normas da ABNT / Cabeçalho e Rodapé);
- 6.11. Alinhamento, espaçamento e parágrafos;
- 6.12. Tabelas;
- 6.13. Figuras e letreiros digitais.

7. Microsoft Excel2010

- 7.1. Introdução;
- 7.2. Guias de planilha;
- 7.3. Movimentação na planilha;
- 7.4. Salvando e abrindo arquivos;
- 7.5. Operadores e funções;
- 7.6. Formatação de células;
- 7.7. Formatação condicional;
- 7.8. Auto preenchimento de células;
- 7.9. Inserção de linhas e colunas;
- 7.10. Máximo, Mínimo, Média
- 7.11. Função SE, E e OU;
- 7.12. Gráficos;
- 7.13. Impressão, cabeçalho e rodapé.

8. Microsoft Office Powerpoint2010

- 8.1. Visão geral do Powerpoint. Guias de opções, Criar um Documento Novo (Slides);
- 8.2. Salvar um slide, Visualizar um slide, Formatar de slide, Manipulação de slides;
- 8.3. Inserção de conteúdo no slide, Animações, Transições de slides;
- 8.4. Apresentação, Impressão de slides

9. Internet

- 9.1. Conceito de Internet, WWW, URL, Link;
- 9.2. Email, Redes Sociais;
Navegadores, Uso de Internet, Buscadores Web

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANZANO, André Luiz; MANZANO, Maria Izabel. **ESTUDO DIRIGIDO DE WORD 2000**. São Paulo: Érica, 1999.

MANZANO, André Luiz; MANZANO, José Augusto. **ESTUDO DIRIGIDO DE EXCEL 2000**. São Paulo: Érica, 1999.

MANZANO, André Luiz; MANZANO, João Carlos. **ESTUDO DIRIGIDO DE POWERPOINT 2000**. São Paulo: Érica, 1999.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática Básica Conceitos**, 7ª Ed. Revisada e atualizada - Rio de Janeiro, Campus, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMARGO, Lisalba. **Entendendo de Informática**. 3. ed. São Paulo: Camargo. 2002.

JESUS, Pedro Filip C, Manual Prático Microsoft Excel 2007 – Edição 2008, versão digital

QUADRA Rosemary E RAMOS Leandro, Word 2007 – Processador de Texto, versão digital.

CORNACHIONE J. Edgard Bruno. **Informática Aplicada às áreas de Contabilidade, Desenvolvimento de Sistemas e Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

FRANCO, Jeferson, FRANCO, Ana. **Como Elaborar Trabalhos Acadêmicos nos Padrões da ABNT Aplicando Recursos de Informática**. 2ª Ed. Ciência Moderna, 2011.

ELABORADO POR:

Prof. Msc. Pedro Issa Figueiredo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS 					
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	METODOLOGIA DA PESQUISA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
I	30	10		2	40
EMENTA					
Introdução a Pesquisa Científica e Tecnológica. Normatização do Documento Científico. Classificação da Ciência e da Pesquisa. Pesquisa Bibliográfica. Planejamento da pesquisa. Utilização da Internet na Pesquisa Científica. Busca de dados em base de dados de patentes. Metodologia de Pesquisa. Manejo de Ferramentas úteis para apresentações em público.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Profissional com Mestrado ou Doutorado					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Português instrumental, empreendedorismo, associativismo e cooperativismo.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Desenvolver conhecimentos acerca dos procedimentos metodológicos para elaboração de relatórios e projetos, buscando fundamentação nos guias da Associação Brasileira de Normas Técnicas.					

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver técnicas de sublinhagem, seleção e leitura de textos relevantes; - Proporcionar ao discentes habilidades na elaboração trabalhos acadêmicos; - Desenvolver atitudes e hábitos comportamentais para os diferentes contextos de comunicação e interação social necessários ao desempenho profissional; - Entender as estruturas e os procedimentos para a elaboração de um projeto; - Desenvolver conhecimentos acerca das estruturas e procedimentos para a elaboração de um relatório; - Selecionar e estruturar referências bibliográficas, bem como suas disposições no “corpo” de um trabalho escrito; - Analisar pontos específicos da ABNT; - Construir habilidades para desenvolver o PCCT – Projeto de Conclusão de Curso Técnico;
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1. O ato de estudar.</p> <p>1.1. Estudo;</p> <p>1.2. Os três pilares da Educação: Ensino, Pesquisa e Extensão.</p> <p>2. Conhecimento</p> <p>2.1. Conceitos e definições</p> <p>2.2. Tipos de conhecimentos</p> <p>3. Metodologia do Trabalho Científico</p> <p>3.1. Conceitos e definições</p> <p>3.2. Tipos de pesquisa</p> <p>3.3. Modalidades de pesquisa</p> <p>3.4. Métodos científicos</p> <p>4. Princípios e Fases da Metodologia do Trabalho Científico.</p> <p>5. As Normas ABNT.</p> <p>6. Trabalhos acadêmicos</p> <p>5.1 Trabalhos de síntese;</p> <p>5.2 Seminários;</p> <p>5.3 Resenha;</p> <p>5.4 Artigo científico;</p> <p>5.5 Comunicação científica;</p>

5.6 Pôster.
7. Elaboração de um trabalhocientífico.
7.1 As fases da elaboração de umprojeto;
7.2. As fases da elaboração de umrelatórios;
.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 6ªedição.SãoPaulo: Atlas, 2011.
MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Grandela H. Produção textual na Universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
GRESSLER,L.A.IntroduçãoàPesquisa–projeto serelatórios.3ªedição.SãoPaulo:Loyola.2007
GIL,A.C.Comoelaborarprojetosdepesquisa.5ªedição.SãoPaulo:Atlas.2010.
RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2008.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23ªed. São Paulo: Cortez, 2007. (edição revista e atualizada).
ELABORADO POR:
Prof. MSc. Pedro Issa Figueiredo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
I	45	15	-	3	60	
EMENTA						
Contextualização histórica; O papel do administrador nas organizações; As escolas da Administração; Os novos rumos da Teoria Geral da						

Administração; A era da Informação; As soluções emergentes; A nova lógica das organizações.
PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Administração
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Apresentar a contextualização histórica da gestão nas organizações de forma a compreender como se formaram os modelos e teorias aplicadas desde os tempos remotos até os dias atuais nas organizações;
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir o contexto atual da Teoria Geral da Administração; - Apresentar as técnicas gerenciais utilizadas nas civilizações; - Fomentar o interesse pela área administrativa nas organizações.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Contextualização Histórica <ol style="list-style-type: none"> 1.1. A História da Administração 1.2. A Administração nas civilizações antigas 1.3. A Administração e seus objetivos 1.4. O papel do administrador nas organizações 2. Abordagens da Administração <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Abordagem Científica 2.2. Abordagem Clássica 2.3. Abordagem Humanística 2.4. Abordagem Neoclássica 2.5. Abordagem Estruturalista 2.6. Abordagem Comportamental 2.7. Abordagem Sistêmica 2.8. Abordagem Contingencial 3. Administração Contemporânea <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Os novos rumos da Teoria Geral da Administração 3.2. A era da informação 3.3. As soluções emergentes 3.4. A nova lógica das organizações
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral de Administração. 8

ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

MAXIMIANO, Antônio C. A. **Teoria Geral da Administração**. 1 ed. 5 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, Reinaldo O. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pioneira. 2004.

OLIVEIRA, D. P. R. **História da Administração**: como entender as origens, as aplicações e as evoluções da administração. São Paulo: Atlas, 2012.

GULLO, José. **Administração: Para Quem Estuda, Ensina e Pratica**. São Paulo: Bom Dia, 2016.

MOTTA, F.C.P. & VASCONCELLOS, I.F.G. **Teoria Geral da Administração**. 3 ed. São Paulo: Thomson, 2006.

ROBBINS, Stephen Paul. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva. 2005.

ELABORADO POR:

Prof. MSc. Keliton da Silva Ferreira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	INTRODUÇÃO À ECONOMIA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	45	15	-	3	60	
EMENTA						
Introdução ao Estudo da Economia; Evolução do Pensamento Econômico; Macro e Micro Economia; Oferta; Demanda; Elasticidade e Economia Brasileira.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Economia						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.						
PROGRAMA						

OBJETIVO GERAL:
A disciplina tem por objetivo propiciar aos discentes a familiarização com as noções básicas da teoria econômica, despertando-lhes o interesse por suas aplicações nas mais variadas esferas de atuação, bem como fornecer-lhes um instrumental capaz de facilitar a absorção e interpretação de aspectos políticos e sociais e dos movimentos relativos ao Mercado.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Habilitar profissionais para exercício de atividades econômicas com fulcro numa visão pluralista e crítica, fundamentada no estudo das grandes correntes do pensamento econômico.
Capacitar os discentes do curso técnico em Administração à desenvolver, analisar e acompanhar planos, projeções e programas na sua área em níveis micro e macroeconômico, e ainda participar de perícias e avaliações, arbitramento e auditoria no aspecto técnico-econômico-financeiros.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1. Introdução ao estudo da economia.</p> <p>1.1. Problemas básicos de um sistema econômico;</p> <p>1.2. Necessidades do ser humano – Lei da Escassez;</p> <p>1.3. Definição de economia;</p> <p>1.4. Relação da economia com as demais ciências;</p> <p>1.5. Dez princípios da economia;</p> <p>2. Evolução do pensamento econômico.</p> <p>2.1. A economia na antiguidade;</p> <p>2.2. Mercantilismo;</p> <p>2.3. Liberalismo econômico;</p> <p>2.4. A escola fisiocrata;</p> <p>2.5. A escola clássica;</p> <p>2.6. Pensamento liberal e reações;</p> <p>2.7. A teoria marginalista;</p> <p>2.8. O Keynesianismo;</p> <p>3. Demanda.</p> <p>3.1. Principais variáveis determinantes da demanda;</p> <p>3.2. Deslocamento da curva e ao longo da curva de demanda;</p> <p>4. Oferta.</p> <p>4.1. Principais variáveis determinantes da oferta;</p> <p>4.2. Deslocamento da curva e ao longo da curva de oferta;</p> <p>5. Elasticidade.</p> <p>5.1. Elasticidade-preço; Elasticidade renda e receita total;</p> <p>6. Economia Brasileira.</p> <p>6.1. Desenvolvimento e dependência;</p> <p>6.2. As contas nacionais e papel do setor público;</p>

<p>6.3. PIB e distribuição da riqueza;</p> <p>6.4. O papel do mercado interno e da matriz de exportações;</p> <p>6.5. O Brasil no mercado globalizado;</p> <p>6.6. Crescimento e déficit ambiental.</p> <p>7. Estruturas de Mercado</p> <p>7.1 Concorrência Perfeita, Monopólio, Concorrência Monopolística, Oligopólio</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>VINCECONTI, P. E. V; NEVES, S. D. INTRODUÇÃO À ECONOMIA. 7ª ED. SÃO PAULO: EDITORA FRAZE, 2005.</p> <p>MANKIW, N. GREGORY. INTRODUÇÃO À ECONOMIA - TRADUÇÃO DA 6ª EDIÇÃO NORTE-AMERICANA. SÃO PAULO: CENGAGE LEARNING, 2014.</p> <p>VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de.; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia - 5. ed. - São Paulo : Saraiva, 2014</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>SILVA, C. R. L; SICLAYR, L. ECONOMIA E MERCADOS: INTRODUÇÃO À ECONOMIA, 19 ED. SÃO PAUO: SARAIVA, 2010.</p> <p>VIAN, C. F. <i>ET AL.</i> ECONOMIA: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS APLICADAS À REALIZADADE BRASILEIRA. 1ª ED. SÃO PAULO: ALÍNEA, 2005.</p> <p>ROSSETI, José Paschoal. Introdução à economia: livro de exercícios. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>ROSSETI, José Paschoal. Introdução à economia. 20.ed. – 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.</p>
ELABORADO POR:
Prof. Ms. Leonam Matos Correia Lima

<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p> 					
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	MATEMÁTICA FINANCEIRA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:

II	30	10	-	2	40
EMENTA					
Porcentagem. Operações Sobre Mercadorias. Juros Simples. Desconto Simples. Juros Composto. Desconto Composto. Depreciação. Amortização.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Profissional com Graduação em Matemática ou Economia					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Matemática e Estatística Aplicada.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Dar suporte ao domínio da parte fundamental da matemática financeira, com a necessária ordenação, conhecimento e aplicação da Matemática financeira, compreendendo os conceitos financeiros estudados; Viabilizar a condução de reconhecimento e utilização de técnicas financeiras com rapidez e segurança, nas operações exigidas nas atividades administrativas.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
Apresentar os conceitos e objetivos da Matemática Financeira e Orçamentária e sua importância para os negócios da organização. Utilizar demonstrações financeiras e exemplos práticos e reais como fontes de informação para a tomada de decisão.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<p>1. PORCENTAGEM</p> <p>1.1. Taxa percentual; 1.2. Problemas de porcentagem; 1.3. Taxa unitária.</p> <p>2. JUROS SIMPLES</p> <p>3.1. Capital; 3.2. Regime de capitalização; 3.3. Cálculo; Taxas Proporcionais; 3.4. Taxas equivalentes; 3.5. Juro comercial; 3.6. Montante.</p> <p>3. DESCONTO SIMPLES</p> <p>4.1. Desconto simples; 4.2. Desconto comercial.</p>					

4. JUROS COMPOSTO

- 5.1. Cálculo do montante;
- 5.2. Cálculo do capital;
- 5.3. Taxas proporcionais e equivalentes;
- 5.4. Cálculo de taxa equivalente, nominal, efetiva, real e aparente.

5. DESCONTO COMPOSTO

- 6.1. Cálculo do valor atual;
- 6.2. Equivalência de capitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CRESPO, Antônio Arnot. Matemática Comercial e Financeira Fácil, 13ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DANTE, Luiz Roberto. Matemática. Volume Único, São Paulo: Ática, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRINI, Álvaro. Novo Praticando Matemática, São Paulo: Ed. do Brasil, 2002.

BIANCHI, Paulo. Curso Prático de Matemática. Vol.2, São Paulo: Moderna, 2000.

BRIGHAM, E., GAPENSKI, L. e EHRHARDT, M. – **Administração Financeira: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração financeira: uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

JORDAN, Bradford. D.; ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W. **Administração financeira**. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

ELABORADO POR:

Prof. MSc. Keliton da Silva Ferreira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	CONTABILIDADE BÁSICA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Introdução e Conceitos básicos; Patrimônio; Atos Administrativos e Fatos Contábeis; Contas; Escrituração; Princípios Contábeis; Demonstrações Contábeis (Financeiras).						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Contabilidade						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Economia, Direito, Administração e correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Conhecer aspectos históricos que originaram a Contabilidade; Entender a importância da Contabilidade no contexto econômico; compreender os métodos de reconhecimento de ativo, passivo e patrimônio líquido; levantar dados financeiros para a tomada de decisão econômica;						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Capacitar o aluno ao entendimento básico da contabilidade, informando-lhe as técnicas, regulamentos, demonstrativos contábeis que apresentam às informações levantadas no processo contábil das organizações.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. INTRODUÇÃO E CONCEITOS BÁSICOS						
1.1 – Conceito.						
1.2 - Objeto da Contabilidade.						
1.3 - Campo de aplicação da Contabilidade.						
1.4 - Finalidade da Contabilidade.						
1.5 - Usuários da Contabilidade.						
2. PATRIMÔNIO						
2.1 Bens.						
2.1.1 Bens Móveis e Imóveis; Bens tangíveis (Corpóreos) e intangíveis (Incorpóreos).						
2.2 Direitos.						
2.2.1 Contas a receber, Duplicatas a receber, promissórias a receber, juros						

ativos, aluguéis ativos.

2.3 Obrigações.

2.3.1 Contas a pagar, Duplicatas a pagar, promissórias a pagar, Juros passivos, Aluguéis passivos.

2.2. Ativo.

2.2.1 Ativo Circulante.

2.2.2 Ativo não Circulante.

2.3. Passivo.

2.3.1 Passivo Circulante.

2.3.2 Passivo não Circulante.

2.4. Patrimônio Líquido.

2.4.1 Capital social.

2.4.2 Reservas de capital.

2.4.3 Ajustes de avaliação patrimonial.

2.4.4 Reservas de lucros.

2.4.5 Ações em tesouraria.

2.4.6 Prejuízos acumulados.

3. EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO.

4. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS ESTADOS PATRIMONIAIS.

4.1 Situação patrimonial positiva (superavitária).

4.2 Situação patrimonial nula.

4.3 Situação patrimonial Negativa (deficitária).

5. CONTAS

5.1 Conceito de conta.

5.2 Plano de contas.

5.3 Estrutura das contas.

5.4. Função das contas (Débito e crédito).

5.5 Contas retificadoras (Duplicatas Descontadas, Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, Depreciação acumulada, Amortização Acumulada, Exaustão Acumulada).

6. ESCRITURAÇÃO

6.1 Introdução e conceito.

6.2 Métodos de escrituração.

6.3 Livros de escrituração.

6.4. Razonete e Balancete de verificação.

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (FINANCEIRAS)

7.1. Balanço Patrimonial.

7.1.1 Conceito, estrutura e apresentação.

7.1.2. Aspectos legais.

7.1.3 Segregação entre circulante e não circulante por codificação.

7.2. Demonstração do Resultado.

7.2.1 Introdução, estrutura e apresentação.

7.2.2 Apuração do Resultado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>FERREIRA, Ricardo José. Contabilidade Básica. Teoria e Questões Comentadas. 16ª Ed. – Rio de Janeiro: Ferreira, 2018.</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica – Série Em Foco. 30ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de Contabilidade Básica - Contabilidade Introdutória e Intermediária. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>MARION, José Carlos, Contabilidade Básica - Livro Texto. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>IUDICIBUS, Sergio de. Teoria da Contabilidade. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>PADOVEZE, Clovis Luis. Manual de Contabilidade Básica. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de / Martins, Eliseu / Kanitz, Stephen Charles. Contabilidade Introdutória - Livro Texto. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>
ELABORADO POR:
Prof. Esp. Clênio Ferreira de Farias

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	GESTÃO DE PESSOAS					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	45	15	-	3	60	
EMENTA						
Os desafios e o papel da Gestão de Pessoas. Os processos de Gestão de Pessoas. Liderança. Planejamento estratégico da Gestão de Pessoas.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Administração						

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Compreender a importância da gestão de pessoas nas organizações, demonstrando suas técnicas e respectiva relevância para o sucesso organizacional.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> - Contextualizar a gestão de pessoas nas organizações; - Conhecer os processos de gestão de pessoas; e - Desenvolver uma visão mais humana e estratégica da Gestão de Pessoas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>UNIDADE I – Os desafios e o papel da Gestão de Pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O contexto da Gestão de Pessoas e seus desafios - A relação de mútua dependência entre pessoas e organizações - As pessoas como parceiras <i>versus</i> As pessoas como recursos da organização - Solução ganha-ganha <i>versus</i> Solução ganha-perde - Definição de missão, visão, objetivos, eficiência, eficácia e efetividade <p>UNIDADE II – Processos da Gestão de Pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Noções sobre o Processo de Agregar Pessoas - Noções sobre o Processo de Aplicar Pessoas <p>UNIDADE III – Processos da Gestão de Pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Noções sobre o Processo de Recompensar Pessoas - Noções sobre o Processo de Desenvolver Pessoas <p>UNIDADE IV – Processos da Gestão de Pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Noções sobre o Processo de Manter Pessoas - Noções sobre o Processo de Monitorar Pessoas <p>UNIDADE V – Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fatores que intervêm no Planejamento de RH: Absenteísmo; Rotatividade de Pessoal - A vantagem competitiva por meio dos colaboradores - As estratégias atuais de gestão do capital intelectual
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas . 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2010.
ROCHA, Eduardo Peixoto. Gestão de Pessoas por Competências: um

enfoque gerencial.2 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DUTRA, Ademar; BITTENCOURT, Dênia Falcão. **Gestão de Pessoas**. 6. ed. Palhoça: Unisulvirtual, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VILAS BOAS, Ana Alice; DAN, Edival. **Gestão em administração pública: gestão de pessoas**, 1ª ed. Rio de Janeiro: UCB, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano nas organizações**, 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

HARRISON, S. Jeffrey. **Administração estratégica de recursos humanos e relacionamento**, 1ªed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto, **Gerenciando Pessoas: como transformar os gerentes em gestores de pessoas** -- 4. ed. - São Paulo: Prentice Hall, 2002

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2007

MILKOVICH, George T. BOUDREAU, John W. **Administração de Recursos Humanos**. 1 ed. – 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

ELABORADO POR:

Profa. Esp. Adiny Heimy Muller Cordeiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	GESTÃO PÚBLICA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Fundamentos da Gestão Pública. Cenário da Gestão Pública Atual. Princípios da Administração Pública. Grandes Áreas e Funções da Administração Pública. Burocracia na Gestão Pública. Gestão Pública Inovadora.						

PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Administração, Economia ou Contabilidade
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Compreender os fundamentos básicos e procedimentos da Administração Pública, analisando as possibilidades de melhorias nas políticas administrativas vigentes.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> - Refletir sobre o processo de Gestão Pública. - Contextualizar os Princípios Básicos da Administração Pública. - Desenvolver técnicas que diferenciam o Setor Público do Privado. - Aplicar os métodos de uma Gestão Pública Inovadora.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1. FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA</p> <p>1.1 Conceitos de Gestão Pública.</p> <p>1.2 Finalidades da Gestão da Pública.</p> <p>1.3 Distinção entre Administração, Governo e Estado.</p> <p>1.4 Poderes da União.</p> <p>2. CENÁRIO DA GESTÃO PÚBLICA ATUAL</p> <p>2.1 As divisões da Gestão Pública.</p> <p>2.2 Administração Pública Direta.</p> <p>2.3 Administração Pública Indireta.</p> <p>2.4 Agências reguladoras.</p> <p>3. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</p> <p>3.1 Princípios Constitucionais.</p> <p>3.2 Princípios Infraconstitucionais.</p> <p>4. GRANDES ÁREAS E FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</p> <p>4.1 Conceitos de Planejamento, Organização, Direção e Controle.</p> <p>4.2 Abordagem das Finanças, Gestão de Pessoas e Patrimônio da Gestão Pública.</p> <p>5. GESTÃO PÚBLICA INOVADORA</p> <p>5.1 Compreensão do processo de transformação da Sociedade.</p> <p>5.2 Novo Modelo de Gestão Pública.</p> <p>5.3 Planejamento Estratégico.</p> <p>6. BUROCRACIA NA GESTÃO PÚBLICA</p>

6.1 Max Weber e a burocracia. 6.2 Aspecto negativo da Burocracia. 6.3 Aspectos Positivos da Burocracia.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
PEREIRA, José Matias. Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
PEREIRA, José Matias. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 29ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Administração Pública, Concessões e Terceiro Setor. 3ª. Ed. São Paulo: Método, 2015.
PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública: teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
PEREIRA, José Matias. Governança no Setor Público. São Paulo: Atlas, 2010.
PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 31ª. Ed. São Paulo: Forense, 2018.
ELABORADO POR:
Profa. Esp. Adiny Heimy Muller Cordeiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS 					
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	INGLÊS INSTRUMENTAL				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
II	30	10	-	2	40
EMENTA					
Aquisição da habilidade de leitura e interpretação de textos técnico-científicos					

referentes à área da administração, na língua Inglesa.
PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Língua Inglesa
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Capacitar o aluno a utilizar ferramentas para a leitura e interpretação de textos técnico-científicos referentes à área da administração, na língua Inglesa.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Orientar sobre a utilização de estratégias de leitura e noções da estrutura da língua inglesa. Propor aquisição de vocabulário técnico.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> - Intencionalidade dos textos; - Adequação da linguagem oral em situações de comunicação, conforme as instâncias de uso da linguagem; - Diferenças léxicas, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal e informal; - Compreensão do texto de maneira global e não fragmentada; - Contato com diversos gêneros textuais; - Entendimento do aluno sobre o funcionamento dos elementos lingüísticos\gramaticais do texto; - Importância dos elementos coesivos e marcadores de discurso; - Trabalho com o texto visando provocar análise, reflexão, transformação; - Adequação o conhecimento adquirido a norma padrão; - Clareza na exposição de idéias; - Utilização dos recursos coesivos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
OXFORD UNIVERSITY PRESS, Bussiness Objective Teacher's Book. MARINOTTO, Demostene. Reading on Info Tech – Inglês Instrumental- São Paulo: Novatec, 2003. MUNHOZ, Rosangela. Inglês Instrumental e Estratégias de Leitura .UTFPR, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
KATO, Hideki. Business Written Communications . Editora Ática.
GARRIDO, Maria Lina; PRUDENTE, Clese Mary. Con test: inglês para concursos . Barueri: Disal, 2009.
MURPHY, Raymond. Essential grammar in use, com respostas . São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 2004. 292 p. ISBN 853361940-5.
OLIVEIRA, Ronaldo Alves de. 280 erros comuns na tradução da Língua Inglesa: termos cujas traduções não são o que parecem . 2.ed.rev. São Paulo: Edcta, 2004.
TORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado . 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
ELABORADO POR:
Prof. MSc. Pedro Issa Figueiredo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	ECONOMIA REGIONAL				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
II	45	15	-	3	60
EMENTA					
<p>Estudo abrangente sobre as diversas teorias e técnicas relacionadas à localização de atividades, de pessoas e formação de cidades. Uma discussão sobre o conceito de espaço e região complementa a visão em nível mais abrangente. A nível mais restrito, a disciplina contemplará uma análise das potencialidades da região do médio Solimões do Estado do Amazonas e sua inserção nos mercados interno e externo através de estudos de caso.</p>					
PERFIL PROFISSIONAL					
Profissional com Graduação em Economia					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Economia, Administração, Agricultura Familiar e Ciências Sociais correlatas.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					

A disciplina tem por objetivo propiciar aos discentes a entender economicamente o seu espaço social e econômico, despertando-lhes o interesse por suas aplicações nas mais variadas esferas de atuação, bem como fornecer-lhes um instrumental capaz de facilitar a alteração da realidade onde eles estão absorção e interpretação de aspectos políticos e sociais e dos movimentos relativos ao Mercado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Apresentar as principais noções e categorias de análise da economia regional e da economia urbana; Caracterizar a formação do interior do Amazonas como região; Apresentar as características relacionadas à polarização das regiões; Contribuir para a compreensão das principais teorias de localização auxiliando, ainda, no entendimento das decisões locacionais no ambiente produtivo; Identificar os diferentes métodos que auxiliam no processo de análise regional; Apresentar as principais características do processo de desequilíbrio regional; Apresentar os principais aspectos relacionados à urbanização e formação dos sistemas urbanos;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1- ESPAÇO, REGIÃO E ECONOMIA REGIONAL

- 1.1 Espaço econômico e região econômica
- 1.2 Economia Regional: noções introdutórias
- 1.3 Economia Urbana: noções introdutórias
- 1.4 Principais teorias e noções relacionadas à discussão regional e urbana

2- TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO

- 2.1 As teorias clássicas de localização industrial: Weber, Losch e Von Thunen
- 2.2 As novas abordagens relacionadas à localização das atividades econômicas
- 2.3 Localização Industrial e Desenvolvimento Regional

3- TÉCNICAS DE REGIONALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

- 3.1 Indicadores regionais e de localização

4 - A QUESTÃO DOS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS

- 4.1 Desequilíbrios regionais no Brasil
- 4.2 As novas orientações produtivas e o crescimento regional
- 4.3 Políticas públicas no contexto do desenvolvimento regional

5- ANÁLISE URBANA

- 5.1 A cidade e o urbano: conceitos básicos
- 5.2 A articulação urbano-rural
- 5.3 Crescimento urbano
- 5.4 A questão da hierarquia dos lugares: o lugar central
- 5.5 A importância do planejamento urbano

6 - ANÁLISE DE PROBLEMAS URBANOS E REGIONAIS

6.1 Problemas urbanos
 6.2 Problemas regionais[tópico especial: poluição, violência, infraestrutura, regiões deprimidas, crescimento e desequilíbrios regionais – para o desenvolvimento de artigos acadêmicos]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CLEMENTE. A. Economia Regional e Urbana. São Paulo: Atlas, 1994.

HADDAD, P.R. org. Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise.

BNB,ETENE, 1989 MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, 1972

SINGER, P. Economia Política da Urbanização. 14ª. Ed. revis. São Paulo: Contexto, 1998.

RICHARDSON, H.W. Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e regional. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARLOS, A.F.A e LEMOS, A.I.G Dilemas urbanos. Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

LAVINAS, L. CARLEIAL, L. e NABUCO, M.R. [orgs] Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

NORTH, D., Teoria da localização e crescimento econômico regional. Economia Regional s/d PERIS. A. [org]. Estratégias de Desenvolvimento Regional. Região Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, TRABALHISTA E EMPRESARIAL					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	45	15	-	3	60	
EMENTA						
Introdução de Direito Tributário. Código Tributário Nacional. Espécies de Tributo. Competências Tributárias. Noções de Direito do Trabalho.						

Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Noções de Direito Empresarial. Sociedades empresariais. Falência. Direito do Consumidor.
PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Economia ou Contabilidade
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Proporcionar aos discentes uma visão prática-reflexiva das relações trabalhistas, de tributação e de cunho empresarial dentro do contexto brasileiro.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> - Visualizar a relação empregatícia como um todo, de modo a compreender e cumprir corretamente com os preceitos da legislação trabalhista; - Identificar e compreender o fenômeno tributário e suas finalidades; e - Conhecer o funcionamento e normas referentes ao empresário, às empresas e à organização da atividade econômica empresarial.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>UNIDADE I – INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</p> <p>Contextualização histórica do Direito do Trabalho Direito Público e Direito Privado Fontes do Direito do Trabalho Princípios do Direito do Trabalho Direito Internacional do Trabalho Contrato de trabalho e suas características Sujeitos do contrato de trabalho Tipos de empregadores Poderes do empregador Tipos de trabalhadores Tipos de contrato de trabalho Procedimentos de admissão Jornada de trabalho Hora-extra Salário/Remuneração Repouso semanal remunerado Férias Alterações nas condições de trabalho Suspensão e interrupção do contrato de trabalho FGTS PIS/PASEP Adicional por trabalho noturno</p>

Adicional insalubridade
Adicional periculosidade
Dispensa do empregado
Prazos para impetrar com reclamações trabalhistas
Conflitos e Negociação coletiva de trabalho
Representação dos trabalhadores na empresa
A greve no direito do trabalho

UNIDADE II – INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Contextualização histórica do Direito Tributário
Conceitos básicos
Finalidades da tributação
Princípios do Direito Tributário
Tipos de tributos
Tipos de impostos
Sujeitos
Competência e capacidade tributária
Transferência/Responsabilidade
Elisão, evasão e conluio
Fato gerador
Crédito tributário
Lançamento
Domicílio tributário
Suspensão e isenção de impostos
Imunidade tributária
Fiscalização

UNIDADE III – INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO EMPRESARIAL

Contextualização histórica do Direito Empresarial
Empresa
Empresário
Estabelecimento Empresarial
Ponto Comercial
Fundo Empresarial
Nome empresarial
Agentes auxiliares
Atos de comércio
Tipos de empresa
Falência
Direito do Consumidor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho - De Acordo com a Reforma Trabalhista e a MP 808/2017. 15. ed. São Paulo: Editora Método, 2018.

FÜHRER Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. Resumo de Direito Tributário. 25. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015.

FÜHRER Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. Resumo de Direito Comercial (Empresarial). 45. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
FÜHRER Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. Resumo de Direito do Trabalho. 26 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2016.
JR. PENANTE, Francisco. Direito Empresarial. 3. ed. São Paulo: Resumos para Concursos, 2018.
MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de Direito do Trabalho. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
PAULSEN, Leandro; MINARDI, Josiani. Resumo de Direito Tributário. 1. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2016.
ELABORADO POR:
Profa. Esp. Adiny Heimy Muller Cordeiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	CONTABILIDADE DE CUSTOS E PRECIFICAÇÃO					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Introdução a contabilidade de custos, classificação e nomenclatura de custos. estrutura de custos. custos por processo e por ordem de produção. custos diretos e indiretos. produtos acabados e semi-acabados. formação do preço de venda.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Contabilidade						

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Habilitar o aluno ao exercício das rotinas estabelecidas na Contabilidade de Custos, conhecendo os custos de produção, as técnicas e métodos necessários para consecução de resultados produtivos superavitários.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Conhecer aspectos históricos que da Contabilidade de custos; Entender a importância da Contabilidade de custo para o ambiente de produção; Compreender os conceitos e métodos de reconhecimento de custos, despesas e gastos; Levantar dados sobre os custos de produção para a verificação de viabilidade econômica.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1 Introdução A Contabilidade De Custos. 1.1 introdução. 1.2 evolução da contabilidade de custos. 1.3 finalidades da contabilidade de custos. 1.4 Terminologia Em Custos.</p> <p>2 Classificação E Nomenclatura Dos Custos. 2.1 custos diretos e indiretos. 2.2 custos fixos e variáveis.</p> <p>3 Componentes Do Custo. 3.1. Materiais. 3.2. Mão-de-Obra. 3.3. CIFs (Custos Indiretos de Fabricação).</p> <p>4 Esquema Básico De Contabilidade De Custos. 4.1. Custo de produção do período, acabada e das vendas. 4.2. Produtos acabados e semiacabados. 4.3. Equivalente de produção.</p> <p>5 Sistemas De Acumulação. 5.1. Produção por processo. 5.2. Produção por ordem.</p> <p>6 Departamentalização. 6.1. O que é departamento. 6.2. Cálculo por departamentalização.</p> <p>7 Métodos De Custeio.</p>

<p>7.1. Custeio variável. 7.2. Custeio por absorção. 7.3. Custeio pelo método abc. 7.4. RKW. 7.5. <i>Target Costing</i>.</p> <p>8. Formação De Preço De Venda. 8.1. Objetivos do preço de venda e sua importância. 8.2. Fatores influentes na formação do preço de venda. 8.3. Formação do preço baseada no custo.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade de Custos. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de Custos. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos - Livro-texto - 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade De Custos - Série Em Foco. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>FERREIRA, Ricardo. Contabilidade de Custos - 10ª Ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2016.</p> <p>MARTINS, Eliseu / ROCHA, Wellington. Contabilidade de Custos - Livro de Exercícios. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>LORENTZ, Francisco. Contabilidade e análise de custos: uma abordagem prática e objetiva. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de Custos Fácil - 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>
ELABORADO POR:
Prof. Esp. Clênio Ferreira de Farias

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	GESTÃO DA PRODUÇÃO E LOGÍSTICA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	45	15	-	3	60	
EMENTA						

<p>Gestão da Produção: pressupostos, objetivos e trajetória histórica. Administração estratégica da produção. Sistemas de Produção. Processo produtivo e arranjo físico. Planejamento e controle da produção. Gargalos Produtivos e operações enxutas.</p> <p>Logística: pressupostos e trajetória histórica. Planejamento da logística. Cadeia de Suprimentos e valor ao cliente. Decisões sobre localização e integração. Estratégias de compras. Gestão dos estoques. Embalagem, armazenagem, movimentação e Modais de transporte.</p>
PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Administração ou Engenharia de Produção
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Compreender a importância do controle de estoques e patrimônio, transporte e armazenamento de materiais, apresentando as técnicas de gerenciamento e controle logístico como ferramentas essenciais para o controle e planejamento da produção, necessidade de materiais e gestão da produção.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar as principais técnicas de controle de estoque; - Apresentar a importância do gerenciamento de estoques para garantir os produtos aos consumidores/clientes; - Apresentar a importância do sistema logístico para a alimentação de estoques; - Auxiliar na integração entre logística e estoques como ferramentas de fundamental importância para a gestão empresarial.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Pressupostos de Administração da Produção: <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Pressupostos conceituais sobre produção; 1.2. Trajetória histórica; 1.3. Objetivos da administração da produção. 2. Administração dos Recursos Materiais: <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Importância da administração de recursos; 2.2. Organização dos recursos materiais 2.3. Tecnologia da produção; 2.4. Layout das instalações. 3. Sistemas de Produção: <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Sistemas de planejamento da produção; 3.2. Sistemas de estoques;

- 3.3. Sistema de recursos;
- 3.4. Just-in-time
- 3.5. Operações de serviço
4. Planejamento e Controle da Produção:
 - 4.1. Planejamento da Produção;
 - 4.2. Controle da Produção;
 - 4.3. Obter Produtividade;
 - 4.4. Produção Enxuta;
 - 4.5. Qualidade da produção
5. Logística – Pressupostos e trajetória histórica:
 - 5.1. História da Logística;
 - 5.2. Conceito de logística;
 - 5.3. Ciclos de atividades da logística
6. Gestão dos estoques:
 - 6.1. Tipos de estoques;
 - 6.2. Custos de estoque;
 - 6.3. Inventário físico;
 - 6.4. Acurácia dos controles;
 - 6.5. Nível de serviço ou de atendimento;
 - 6.6. Giro de estoques;
7. Embalagem, armazenagem, movimentação e transporte:
 - 7.1. Embalagem: perspectivas, proteção contra avarias, utilidade e eficiência do manuseio de materiais, integração de canais, materiais alternativos;
 - 7.2. Armazenagem: funcionalidade e princípios da estocagem, recursos de armazenagem;
 - 7.3. Movimentação de Materiais: gerenciamento de recursos de armazenagem, manuseio de materiais.
 - 7.4. Equipamentos de armazenagem e de movimentação de cargas;
 - 7.5. Transporte: infraestrutura de transporte, gerenciamento de transporte;
 - 7.6. Modais de Transporte, características, pontos positivos e pontos negativos;
8. Cadeia de suprimentos e valor ao cliente:
 - 8.1. Conceito de cadeia de suprimentos;
 - 8.2. Serviço ao Cliente: definição de serviço ao cliente, capacidade de prestação de serviço básico, atendimento de pedido perfeito, serviços com valor agregado;
 - 8.3. Área de Compras e seu efeito na Logística Empresarial;

<p>8.4. Objetivos Gerais e globais das compras.</p> <p>9. Logística Reversa</p> <p>9.1. Conceito;</p> <p>9.2. Legislação no Brasil</p> <p>10. Segurança no Trabalho nas atividades de produção e logística. Mapa de Risco e EPI's</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BALLOU, Ronald. Logística empresarial, transporte, administração de materiais e distribuição física. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>BOWERSOX, Donald J. e CLOSS, David J. Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>FLEURY, P. F. <i>et al.</i> Logística empresarial: perspectiva brasileira, 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>LOPES, Alceu de Oliveira. Gestão da produção. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2010.</p> <p>MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando Piero. Administração da Produção. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.</p> <p>NOVAES, Antonio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.</p> <p>SLACK, Nigel; JOHNSTON, Robert; CHAMBERS, Stuart. Administração da produção. São Paulo: Editora Atlas, 2009.</p>
ELABORADO POR:
Prof. MSc. Keliton da Silva Ferreira e Prof. Msc. Pedro Issa Figueiredo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	EMPREENDEDORISMO					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	

EMENTA
<p>Perfil do empreendedor, habilidades e qualidades do empreendedor. Enfoque comportamental: modelos mentais, sucesso pessoal, avaliação de riscos. Missão da Organização, Visão, objetivos, metas, planos, informações, perseverança, qualidade e eficiência. conceitos e definições. A Importância do Empreendedorismo para uma sociedade. A identificação das oportunidades de negócios. Conceitos e definições sobre crises e oportunidades. Técnicas de identificação de oportunidades. Os recursos da Tecnologia da Informação na criação de novos negócios. Ferramentas e Planilhas na elaboração do Plano de Negócios. Empreendedorismo na era do Comércio Eletrônico. Elaboração do Plano de Negócio ou Estudo de Viabilidade Econômica. Conceitos e definições. A estrutura do Plano de Negócio ou Estudo de Viabilidade Econômica: Plano de Marketing; O Plano Financeiro; O Plano de Produção e Plano Jurídico.</p>
PERFIL PROFISSIONAL
<p>Profissional com Graduação em Administração, Economia ou Contabilidade</p>
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
<p>Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.</p>
PROGRAMA
<p>OBJETIVO GERAL:</p>
<p>- Compreender os conceitos relativos ao empreendedorismo, identificando oportunidades de negócios e, conseqüentemente, desenvolvendo o potencial visionário.</p>
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Conceituar empreendedorismo; - Caracterizar os tipos de empreendedor e de negócios; - Desenvolver sua criatividade; - Criar uma ideia para um negócio próprio; - Realizar análises financeiras e de mercado. - Elaborar um plano de negócios ou Estudo de Viabilidade Econômica.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Unidade 1 Empreendedorismo: conceitos e definições</p> <p>Unidade 2 O Perfil e as características dos empreendedores</p>

Unidade 3

As habilidades e competências necessárias aos empreendedores e a importância do empreendedorismo para uma sociedade.

Unidade 4

A Identificação das oportunidades de negócios; Conceitos e definições sobre crise e oportunidades; Técnicas de Identificar oportunidades.

Unidade 5

Os Recursos da Tecnologia da Informação na criação de novos negócios; Os softwares disponíveis no mercado no auxílio à criação de novas empresas; Ferramentas e Planilhas na Elaboração do Plano de Negócio ou Estudo de Viabilidade Econômica.

Unidade 6

Conceitos e definições do Plano de Negócios; A importância do Plano de Negócio; A estrutura do Plano de Negócio; O Plano de Marketing; O Plano Financeiro; O Plano e Produção e Jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedorismo de sucesso**, 1 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MALHEIROS, R. C. C.; FERDA, L. A.; CUNHA, C. J. C. Viagem ao mundo do Empreendedorismo. 2ª ed. Florianópolis: IEA, 2005.

DOLABELA, F. O segredo de Luisa. São Paulo: Sextante, 2008.

RODRIGUEZ, Edson. **Conseguindo resultados através das pessoas: o grande segredo do gestor bem sucedido**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

ROSA, Afrânio Cláudio. **Como elaborar um plano de negócio**. SEBRAE, Brasília: 2007.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2005.

ELABORADO POR:

Comissão do Processo de Harmonização das Matrizes Curriculares

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Introdução ao Estudo da Economia; Evolução do Pensamento Econômico; Macro e Micro Economia; Oferta; Demanda; Elasticidade e Economia Brasileira.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Administração						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Conhecer os fundamentos organizacionais, métodos e técnicas de organização e de sistemas, seus sistemas e métodos, visando entender a estrutura e o processo organizacionais básicos.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Demonstrar as diversas formas de estruturação e organizações empresariais; Construir, compreender e saber analisar organogramas e fluxogramas organizacionais.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. Introdução ao estudo de Organização, Sistemas e Métodos; 2. Fundamentos de organização; 3. Gráficos de organização e controle; 4. Departamentalização e estruturas organizacionais; 5. Organogramas; 6. Análise funcional / estrutural; 7. Centralização e Descentralização; 8. Fluxogramas; 9. Análise e distribuição do espaço /"ambiência"; 10. Técnicas de levantamento;						

11. Análise e distribuição do trabalho;
12. Modelos de formulários e manuais;
13. Sistemas de Informação: conceitos, elementos e definições;
14. Como as empresas usam os Sistemas de informação;
15. Sistemas empresariais básicos;
16. Sistemas de suporte gerencial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, L.César. Organização, Sistemas & Métodos. São Paulo: Atlas, 2001.

HAMMER, Michael e CHAMPY, James. Reengenharia. Rio de Janeiro: Campus,. 1994.

OLIVEIRA, Djalma P. R. Sistemas, Organização & Métodos. São Paulo: Atlas, 2001.

RODRIGUES, Sergio Bernardo. Consultoria empresarial: Uma abordagem educacional e profissional. Rio de Janeiro: o autor, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAUJO, L. C. de. Tecnologias de gestão organizacional. São Paulo: Atlas, 2001. Books do Brasil, 1992

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos. Organização, sistemas e métodos. São Paulo: atlas, 2001.

FILHO, J.C. O & M integrado à informática. Rio de Janeiro: LTC, 1999. MONTANA, P.J.; CHARNOV, B.H. Administração. São Paulo: Saraviva, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Protótipos de sistemas de informações. Sistema de Apoio a Decisão (SAD) e Sistemas de Controle Operacional e Gerencial (SCO/SCG). Desenvolvimento de SCO/SCG nas áreas de Finanças, Marketing e Recursos Humanos.						

PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Informática ou Análise de Sistemas
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Ao final do curso os alunos serão capazes de compreender os elementos essenciais dos diferentes tipos de Sistemas de Informação, seus benefícios potenciais e fatores limitantes de acordo com as diversas realidades organizacionais para as quais tais sistemas devem servir. Identificar os elementos essenciais que devem estar contidos em uma estratégia adequada para que as fases de concepção, desenvolvimento, implementação e manutenção de um Sistema de Informação sejam as mais eficientes e eficazes possíveis para as organizações nas quais o mesmo está inserido.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Compreender os sistemas de informação formados por elementos técnicos mas também formados por elementos não técnicos mas através dos quais atuam na escolha, desenvolvimento e uso da tecnologia tais como: fatores sócio-econômicos, cognitivos, psicológicos, políticos, éticos e morais
<p>I. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Contextualização.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Da Era da Informação para a Era do Conhecimento. 2 Complexidade da Gestão no mundo Globalizado. 3 Informação para a Inovação e para o Conhecimento Estratégico. 4 Conceito de sistemas: visão da Administração e da Informática. 5 O Conhecimento como substrato Estratégico. 6 Sistemas de Informação Gerenciais como substrato para o Conhecimento. <p>II. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Conceitos Básicos.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Paradigma Simbólico e Não-Simbólico. 2 Definição e conceitos básicos dos Sistemas de Informações Gerencias. 3 Vantagens e fatores limitantes dos SIG. 4 Os Sistemas de Informação: visão sócio-técnica. 5 Tipos de Sistemas de Informações Gerenciais. 6 A tomada de decisão nas organizações e os SIGs. 7 Sistemas “Inteligentes”: promessas e limitações. <p>III. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Aspectos Tecnológicos.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Arquitetura Aberta 2 Noções de Lógica e Algoritmos 3 Os componentes Elementares de Hardware

- 4 Os componentes Elementares de Software
- 5 Os componentes Elementares de Redes de Computadores
- 6 Os componentes Elementares de Telecomunicação.
- 7 Aspectos de Segurança: hardware e software.

IV. AMBIENTES VIRTUAIS.

- 1 Histórico da Internet.
- 2 Arquitetura Cliente-Servidor.
- 3 Componentes Básicos.
- 4 Modelos de Negócios Digitais: diferentes tipos, suas vantagens e desvantagens.
- 5 Aspectos de Segurança: assinatura digital, autenticação, criptografia e esteneografia.

V. NOVOS SISTEMAS

- 1. A Tecnologia Na Sociedade Do Conhecimento
- 2. Evolução Da Tecnologia
- 3. Sistema De Informação Gerencial
- 4. Gestão Do Relacionamento Dos Clientes - CRM
- 5. Sistema Integrado De Gestão - ERP
- 6. Descoberta Do Conhecimento – KDD

VI. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Impactos Sócio culturais

- 1 Aspectos Jurídicos e seus Impactos Estratégicos.
- 2 Crimes com computador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERTIN, Alberto Luiz, ALBERTIN, Rosa Maria de Moura. Desafios da tecnologia de informação aplicada aos negócios. São Paulo: Atlas, 2005.

ALBERTIN. Alberto Luiz, Comércio eletrônico: modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação. São Paulo: Atlas, 5ª ed. 2004

CORTES, Pedro Luiz. Administração de Sistemas de Informação, São Paulo: Saraiva, 2008.

DAY, George S., SCHOEMAKER, Paul J. H., GUNTHER, Robert E. Gestão de tecnologias emergentes: a visão da Wharton School. Porto Alegre: Bookman, 2003.

FRANCO JR., Carlos F. E-Business na Infoera: o impacto da Infoera na Administração de Empresas. Editora Atlas, 2006, 4ª Edição.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTIUS, Rodriguez, Gestão Empresarial – Organizações Que Aprendem, Qualitymark, Rio De Janeiro, 2002.

MATTOS, Antonio Carlos M. Sistemas de Informação: uma visão executiva. São Paulo: Saraiva, 2005.

O'BRIEN, James A. Management information systems: managing information technology in the e-business enterprise. New York: Mc Graw Hill, 5ed., 2002.

SOUZA, Cesar Alexandre de. Sistemas ERP no Brasil (Enterprise Resource Planning): teoria e casos. São Paulo: Atlas, 2008.

STAIR, Ralph M. Princípios de sistemas de informação, uma abordagem gerencial. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

TURBAN, Efraim; RAINER, Kelly, POTTER, Richard, Introdução a Sistemas de Informações, Editora Campus, Rio de Janeiro, 2007.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Introdução ao conceito de Associativismo, Cooperativismo e Cooperativa. São abordados a história, a origem, a identidade, a doutrina cooperativista, simbologia internacional, direitos e deveres do cooperado, a organização do sistema, as particularidades da empresa cooperativa e a sua tributação, o funcionamento e o desenvolvimento da cooperativa, a legislação de cooperativas, o tratamento dado pela CLT, o regulamento do imposto de renda, os ramos do cooperativismo e como constituir uma empresa cooperativa.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Administração, Economia ou Contabilidade						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Fornecer concepções sobre desenvolvimentos sociais e como as Associações e Cooperativas podem contribuir nesse processo.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						

Explicar os conceitos de associativismo e cooperativismo; Esclarecer a diferença entre associações e cooperativas; Compreender os estatutos e constituições; Ensinar os passos para a criação da cooperativa e associações; Compreender os princípios das associações e cooperativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Contextualização histórica do cooperativismo

- 1.1. Surgimento da economia de livre mercado;
- 1.2. O instinto de cooperação se afirma entre os povos;
- 1.3. A revolução industrial.

2. As origens da cooperação

- 2.1. Socialistas utópicos: os precursores do cooperativismo;
- 2.2. Os humildes e probos tecelões de Rochdale.

3. Conceitos e doutrina do cooperativista

- 3.1. Cooperativismo e cooperativa;
- 3.2. Os valores do cooperativismo;
- 3.3. As doze virtudes da cooperação;
- 3.4. Princípios do cooperativismo;
- 3.5. Símbolos do cooperativismo.

4. A organização do sistema cooperativista

- 4.1. A organização do quadro social: Cooperativas de 1º, 2º e 3º graus;
- 4.2. Os ramos do cooperativismo brasileiro;
- 4.3. As organizações de cooperativas.

5. A empresa cooperativa

- 5.1. Particularidades
- 5.2. Dualidade de objetivos: econômico e social;
- 5.3. Cooperante: dono e usuário;
- 5.4. A empresa cooperativa não tem fins lucrativos;
- 5.5. Supressão dos intermediários;
- 5.6. A cooperativa deve ser autogestionada;
- 5.7. Cooperativas e outras empresas: principais diferenças.

6. Cooperativas

- 6.1. Funcionamento;
- 6.2. Estrutura organizacional;
- 6.3. O fator mais importante: o associado participante;
- 6.4. Direitos e deveres do cooperante;
- 6.5. O estatuto social;
- 6.6. O regimento interno.

7. O desenvolvimento do cooperativismo

- 7.1. O cooperativismo no mundo;
- 7.2. O cooperativismo no Brasil;
- 7.3. Sucesso e fracasso de cooperativas: o que faz a diferença? Unidade VIII: Lei 5764/71 – lei do cooperativismo brasileiro.

8. Constituição de cooperativas

- 8.1. Como constituir uma cooperativa
- 8.2. Constituinte de uma cooperativa passo a passo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- MAPA. **A evolução do cooperativismo no Brasil**, 1 ed. Brasília: Ministério de Abastecimento, Pecuária e Agricultura, 2006.
- GAWLAK, Albino. **Cooperativismo: primeiras lições**. 1ª ed. Brasília: SESCOOP, 2004.
- ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**, 1 ed. Rio de Janeiro: Interciências, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MARTINS, P. C; *et al.* **O futuro de cooperativismo de leite**, 1. ed. Juiz de Fora: Embrapa, 2014.
- TESCH, Walter. **Dicionário básico do cooperativismo**, 1. ed. Brasília: SESCOOP, 2000.
- MONZONI M. Impacto em renda do microcrédito. São Paulo, Ed. Peirópolis. 2008.
- PINHO, D. B. **Gênero e desenvolvimento em cooperativas**. SESCOOP/OCB, Santo André: ESETEC Editores associados, 2000.
- RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

PROJETO POLÍTICO DE CURSO Nº 29/2019 - CPE/REITORIA (11.01.01.04.08.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 25 de Março de 2019

CSGC_PPCverso_CONSUP_Administracao_SUB_2019.1.pdf

Total de páginas do documento original: 132

(Assinado digitalmente em 09/04/2019 14:59)

SARA CARNEIRO DA SILVA

PRESIDENTE

268007

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **29**, ano: **2019**, tipo: **PROJETO POLÍTICO DE CURSO**, data de emissão:
25/03/2019 e o código de verificação: **fb97bc1e33**